



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**BRASÍLIA - DF  
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e alterada pela IN TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 127 e alterada pela DN TCU nº 129/2013, e da Portaria TCU nº 175/2013.

**BRASÍLIA, DF  
MARÇO/2013**

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AECI	Assessoria Especial de Controle Interno
CC	Casa Civil da Presidência da República
CGPAC	Comitê Gestor do Programa de Acelerao do Crescimento
CGU	Controladoria-Geral da União
DI	Departamento de Informaoes
DILE	Departamento de Infraestrutura de Logística e de Energia
DIS	Departamento de Infraestrutura Social
DN	Decisão Normativa
GABIN	Gabinete
GEPAC	Grupo Executivo do Programa de Acelerao do Crescimento
ICM-Bio	Instituto Chico Mendes de Conservao da Biodiversidade
IN	Instruo Normativa
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
MF	Ministério da Fazenda
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Acelerao do Crescimento
Port.	Portaria
RG	Relatório de Gestão
SAE	Secretaria de Acompanhamento Econmico
SAM	Subchefia de Acompanhamento e Avaliao
SEPAC	Secretaria do Programa de Acelerao do Crescimento
SIGPLAN	Sistema de Informaoes Gerenciais e de Planejamento
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informao (Ministério do Planejamento)
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRI	Secretaria de Relaoes Institucionais
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UJ	Unidade Jurisdicionada
UPA	Unidades de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS .....	14
1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada .....	14
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade .....	14
1.3 - Organograma Funcional.....	15
1.4 - Macroprocessos finalísticos .....	17
1.5 - Macroprocessos de Apoio.....	17
1.6 - Principais Parceiros.....	18
2 - PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS .....	18
2.1 - Planejamento da unidade .....	18
2.2 - Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....	19
2.2.1 – Ações.....	20
2.2.1.1 - Ações - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS .....	20
2.2.1.2 - Análise Situacional .....	20
2.3 - Informações sobre outros resultados da gestão.....	21
3 - ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	29
3.1 - Estrutura de Governança.....	29
3.2 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos .....	31
3.3 – Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos .....	31
4 - TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	33
4.1 - Execução das despesas.....	33
4.1.1 - Programação .....	33
4.1.1.1 - Análise Crítica .....	33
4.1.2 - Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	33
4.1.3 Realização da Despesa .....	34
4.1.3.1 - Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	34

4.1.3.2 - Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ .....	34
4.1.3.3 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total .....	35
4.1.3.4 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ .....	36
4.1.3.5 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	36
4.1.3.6 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	36
4.1.3.7 - Análise crítica da realização da despesa .....	36
4.2 - Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	36
4.3 - Transferências de Recursos.....	36
4.3.1 - Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	37
4.3.2 - Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse .....	37
4.3.3 - Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	38
4.3.4 - Análise Crítica .....	38
<b>5 - GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</b>	<b>39</b>
5.1 - Estrutura de pessoal da unidade .....	39
5.1.1 - Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada .....	39
5.1.1.1 - Lotação.....	39
5.1.1.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada .....	39
5.1.2 - Qualificação da Força de Trabalho .....	40
5.1.2.1 - Estrutura de Cargos e de Funções .....	40
5.1.2.2 - Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade .....	40
5.1.2.3 - Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade.....	40
5.1.3 - Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada .....	41
5.1.4 - Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	42
5.1.5 - Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	42

5.1.6 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	42
6 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....	42
7 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	42
7.1 - Gestão da Tecnologia da Informação (TI) .....	42
7.1.1 - Análise Crítica .....	42
8 - GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	43
8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	43
8.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água .....	43
9 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....	44
9.1 - Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU .....	44
9.1.1 - Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	44
9.1.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	48
9.2 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	48
9.3 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	48
9.4 - Alimentação SIASG E SICONV .....	48
10 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	48
11 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	50
11.1 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	50
ANEXO I – IDENTIFICAÇÃO DETALHADA DA UNIDADE.....	51
ANEXO II – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS .....	54
ANEXO III – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	56
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO CONTADOR .....	58

## LISTA DE QUADROS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO SUMÁRIA DA UJ.....	14
FIGURA 1 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SEPAC.....	15
QUADRO 2 – AÇÕES – OFSS .....	20
FIGURA 2 – EXECUÇÃO DO PAC.....	21
TABELA 1 – DESEMPENHO ACUMULADO POR SETOR (EXECUÇÃO GLOBAL, EM VALORES).....	22
FIGURA 3 – MODELO DE GESTÃO DO PAC .....	30
FIGURA 4 – INDICADORES DE SITUAÇÃO DO PAC.....	31
FIGURA 5 – SITUAÇÃO E ESTÁGIO DAS AÇÕES MONITORADAS.....	32
QUADRO 3 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS .....	33
QUADRO 4 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA .....	34
QUADRO 5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL.....	34
QUADRO 6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL.....	35
QUADRO 7 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	36
QUADRO 8 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	37
QUADRO 9 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE .....	37
QUADRO 10 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	38
QUADRO 11 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 .....	39

QUADRO 12 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	39
QUADRO 13 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (31/12) .....	40
QUADRO 14 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA (31/12).....	40
QUADRO 15 – QUANTIDADE DE SERVIDORES - NÍVEL DE ESCOLARIDADE (31/12) ....	40
QUADRO 16 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	41
QUADRO 17 – ACÓRDÃO 2887/2013 – PLENÁRIO – RECOMENDAÇÃO .....	44
QUADRO 18 – ACÓRDÃO 306/2013 – PLENÁRIO - RECOMENDAÇÃO.....	45
QUADRO 19 – ACÓRDÃO 1204/2012 – PLENÁRIO – RECOMENDAÇÃO DE AVALIAÇÃO .....	46
QUADRO 20 – ACÓRDÃO 518/2013 – SEGUNDA CÂMARA – DETERMINAÇÃO .....	47
FIGURA 6 – EXEMPLO DE INFORMAÇÃO SOBRE OBRA NO SÍTIO DO PAC .....	49
QUADRO 21 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	51
QUADRO 22 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ .....	54
QUADRO 23 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	56
FIGURA 7 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	58

## INTRODUÇÃO

O PAC foi lançado, em 2007, como um programa estratégico com os compromissos de incentivar o investimento privado e o público em infraestrutura, construir a infraestrutura necessária para sustentar o crescimento do país, fazer crescer o emprego e a renda e acelerar o crescimento econômico.

O primeiro quadriênio do programa logrou resultados significativos, espelhados na ampliação da taxa de investimento de 16,4%, em 2006, para 18,4%, em 2010, mas, sobretudo, na consolidação de uma agenda de desenvolvimento econômico e social que contribuiu para a ampliação do emprego e renda no país.

O PAC 2, ciclo iniciado em 2011, se diferencia do PAC 1 pela elevação da quantidade e dos valores de ações de infraestrutura social, em especial nas áreas de saneamento, urbanização e habitação, mas também na universalização do acesso a energia elétrica, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana, equipamentos de saúde, educacionais, esportivos e culturais.

Foi mantida, paralelamente, a característica do PAC 1 de grandes ações de infraestrutura divididas em dois eixos: transportes (rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos e equipamentos para estradas vicinais) e energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, refino e petroquímica, fertilizantes e gás natural, revitalização da indústria naval e combustíveis renováveis).

A magnitude do PAC exige um exercício permanente de coordenação entre os órgãos públicos e de modernização da gestão. Para satisfação dessas demandas um método inovador de monitoramento foi introduzido com o PAC 1, implicando em disseminação da cultura de priorização, responsabilização e de transparência. Consolidou-se a ideia de que é indispensável ao País o planejamento do investimento, procedimentos internos foram simplificados e reforçaram-se as equipes na área de infraestrutura. Com o PAC 2 esse método de monitoramento vem sendo aprimorado, a cultura e os procedimentos estendidos para áreas sociais.

Nesse contexto, a SEPAC foi criada por meio do Decreto Nº 7.470, de 04 de maio de 2011, tendo por atribuições subsidiar a definição de metas, monitorar e avaliar os resultados e produzir informações gerenciais relativas ao PAC, além de atuar como secretaria executiva do CGPAC (comitê de ministros responsável por discriminar as medidas integrantes do PAC).

A SEPAC, portanto, é um órgão de acompanhamento e avaliação dos empreendimentos inseridos no PAC, e atua na interlocução e articulação, entre órgãos gestores e executores (ministérios, estados, municípios, empresas estatais) e outros órgãos públicos cuja atuação possa ter incidência na execução dos empreendimentos (órgãos licenciadores, de controle e de fiscalização, por exemplo). Essa atuação tem o objetivo de identificar gargalos e problemas e mitigar seus efeitos de modo a que se garanta a execução dos empreendimentos do PAC e que se cumpram suas grandes metas, além de produzir relatórios gerenciais a partir da coleta e avaliação de informações sobre os empreendimentos. Nesse processo, a SEPAC adota a metodologia de “Salas de Situação<sup>1</sup>”.

---

<sup>1</sup> Sala de Situação – Instância colegiada, constituída por representantes de órgãos responsáveis pela execução dos empreendimentos, da SEPAC e de outros órgãos com incidência importante nos processos monitorados (por exemplo: órgão licenciador), cuja função é monitorar todo o ciclo dos empreendimentos, identificar dificuldades e propor soluções para sua superação.

A Sala de Situação, conceitualmente, se insere em um processo composto pelas atividades de definição do portfólio, de seu objetivo e do perfil de seus atores; definição das ações que integrarão o portfólio; análise e atualização das informações das ações; tomada ou propostas de decisão (de acordo com a alçada) e definição de medidas corretivas

O presente relatório de gestão está estruturado nos moldes de relatório individual, de acordo com o preconizado na parte “A” do anexo II da IN TCU nº 127, de 15/03/2013 e Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013.

Os itens abaixo relacionados não foram incluídos, nos termos do artigo 2º, § 2º, “a” da referida portaria:

<b>Numeração<sup>2</sup></b>	<b>Título</b>	<b>Justificativa para não inclusão</b>
2.2.1	Programa Temático	Não há programação nesse nível internamente à UJ
2.2.2	Objetivo	Não há programação nesse nível internamente à UJ
2.2.3.2	Ações/Subtítulos - OFSS	Não há programação nesse nível internamente à UJ
2.2.3.3	Ações Não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar Não Processados - OFSS	Não há ocorrência.
2.2.3.4	Ações - Orçamento de Investimento - OI	Não se aplica à UJ.
3.3	Remuneração Paga a Administradores	Não se aplica - trata-se de órgão da administração direta.
3.4	Sistema de Correição	Não há, na UJ, internamente, sistema de correição.
3.5	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	Prejudicado (vide 3.4, supra)
4.2	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	Não houve reconhecimento de passivos vinculados à UJ.
4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	Não houve instrumentos de transferência vigentes em 2013.
4.5	Suprimento de Fundos	A UJ não realiza despesas por meio de suprimento de fundos.
4.6	Renúncias sobre a Gestão da UJ	A UJ não administra receitas.
4.7	Gestão de Precatórios	A UJ não tem precatórios a si vinculados.
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	A UJ não tem quadro de inativos e pensionistas a ela vinculados.
5.1.5	Cadastramento no SISAC	A UJ não tem sob sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	Não se aplicam à UJ - gestão centralizada na Secretaria de Gestão do MPOG.
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	A UJ não tem sob sua responsabilidade a gestão de veículos.
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	A UJ não tem sob sua responsabilidade a gestão de imóveis.

para o sucesso da ação e, em consequência, do portfólio pelo gestor, ou comitê gestor, do portfólio; implementação das medidas corretivas pelos gestores e retomada do ciclo a partir da fase de análise e atualização.

<sup>2</sup> Numeração original, conforme sumário do anexo à Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013.

6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	A UJ não loca bens imóveis.
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI	Não houve, até o presente momento, recomendações do OCI à UJ.
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	A UJ não possui unidade de auditoria interna.
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	As declarações de entrega ou autorizações estão centralizadas na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	As declarações de entrega ou autorizações estão centralizadas na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
11.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	A UJ não realiza, internamente, procedimentos contábeis.
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	A UJ não realiza, internamente, procedimentos contábeis.
11.4	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976	A UJ não realiza, internamente, procedimentos contábeis.
11.5	Composição Acionária das Empresas Estatais	A UJ não é empresa estatal.
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	Item opcional, não utilizado.

Os principais resultados obtidos no exercício dizem respeito às duas grandes metas do programa, representadas: 1) pelo valor total originariamente previsto para ações a serem concluídas até 2014 (R\$ 708 bilhões) e 2) pelo valor total atualizado previsto para ser realizado até 2014 (R\$ 1,016 trilhões), sendo que a diferença entre ambos corresponde a investimentos em ações que serão concluídas após 2014.

As duas metas foram superadas, considerando-se a relação entre valores realizados e tempo decorrido no período do PAC 2 (36 meses ou 75%).

Com relação à primeira meta, até o final do exercício, foram concluídos R\$ 583 bilhões, o que corresponde a 82,3% da previsão inicial e com relação à segunda foram realizados R\$ 773,4 bilhões, o que corresponde a 76,1% da meta.

Tais resultados evidenciam tendência de cumprimento integral de ambas as metas.

## 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

### 1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

A unidade jurisdicionada a que se refere o presente relatório é a SECRETARIA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – SEPAC, identificada sumariamente no quadro abaixo, cujos dados detalhados, nos termos do Anexo III à Decisão Normativa TCU nº 119/2012, item II, “B”, 6, constam do quadro completo que compõe o Anexo I deste relatório.

#### QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO SUMÁRIA DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			<b>Código SIORG:</b> 2981
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento			
<b>Denominação Abreviada:</b> SEPAC			
<b>Código SIORG:</b> 115408	<b>Código LOA:</b> N/A		<b>Código SIAFI:</b> 201015
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> 00.489.828/0003-17	
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 8411-6/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 2020-5391	(061) 2020-5393	(061) 2020-5310
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:sepac@planejamento.gov.br">sepac@planejamento.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=61">http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=61</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º Andar - CEP: 70.040-906 - Brasília - DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 7.470 de 04 de maio de 2011 – Cria a SEPAC.			
Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão vigente no exercício de 2013.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada (no ou referentes ao exercício em exame)			
9º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2			
8º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2			
7º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2			
6º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2			

### 1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A competência da SEPAC está definida no art. 44 do Decreto n. 7.675, de 20 de janeiro de 2012:

Art. 44. À Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento compete:

I - subsidiar a definição das metas relativas aos projetos integrantes do Programa de

Aceleração do Crescimento;

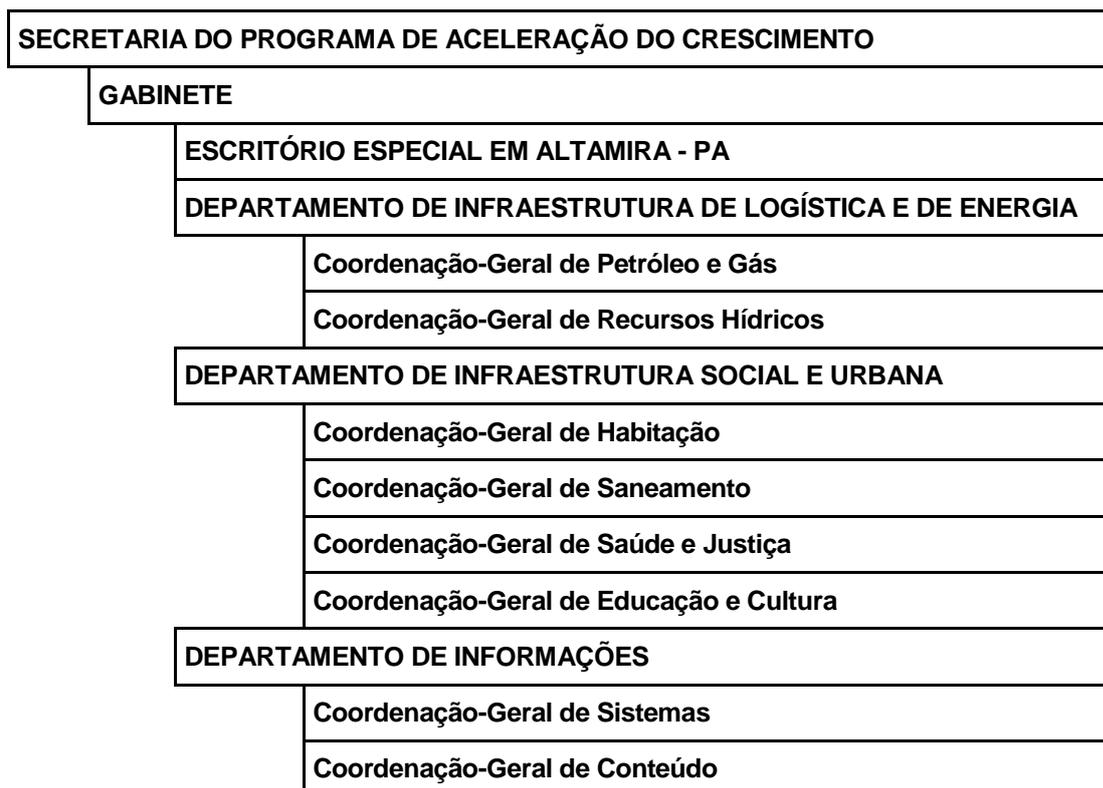
- II - monitorar e avaliar os resultados do Programa de Aceleração do Crescimento;
- III - produzir informações gerenciais relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento; e
- IV - exercer as atividades de Secretaria-Executiva do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC.

No exercício da Secretaria Executiva do GEPAC, em conformidade com o art. 4º do Decreto n. 6.025, de 22 de janeiro de 2007, com a redação do Decreto n. 7.470, de 4 de maio de 2011, a SEPAC atua, em conjunto com os demais órgãos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Fazenda, que também integram o referido Grupo Executivo, com o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC.

### 1.3 - Organograma Funcional

A estrutura e competências da SEPAC no exercício de 2013 foram estabelecidas no Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Decreto nº 7.799, de 12 de setembro de 2012, que, entre outros, altera os anexos I e II ao Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012 combinados com o Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o seu Comitê Gestor, entre outras providências.

**FIGURA 1 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SEPAC**



O Gabinete do Secretário é responsável pela direção e coordenação das atividades da Secretaria, pelas atribuições relativas à secretaria executiva GEPAC e pelos assuntos administrativos. A assessoria é responsável pela manifestação em processos administrativos e pareceres que tratam de assuntos relativos ao PAC, monitoramento de processos junto ao Tribunal de Contas da União, coordenação dos processos de prestação de contas e por outras atividades afins.

Para o cumprimento de suas competências, a SEPAC foi estruturada com três Departamentos, dois voltados para coleta, monitoramento e avaliação de resultados e um voltado para a gestão de informações.

Ao Departamento de Infraestrutura de Logística e de Energia (DEILE) compete monitorar e avaliar os resultados dos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento na área de infraestrutura de logística e de energia.

O DEILE é responsável pela coordenação, predominantemente, das salas de situação nos eixos de logística e energia. Para tanto, está organizado em duas coordenações responsáveis por planejar, coordenar e monitorar atividades, assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura de Logística e de Energia, coordenar as salas de situação e elaborar relatórios, notas técnicas e balanços: Coordenação-Geral de Petróleo e Gás, competente pelas áreas de petróleo, gás, combustíveis renováveis, geologia, mineração e Fundo de Marinha Mercante; e Coordenação-Geral de Recursos Hídricos, responsável pelas áreas de recursos hídricos e hidrovias.

Ao Departamento de Infraestrutura Social e Urbana (DEISU) compete monitorar e avaliar os resultados dos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento na área de infraestrutura social, em especial nos setores de habitação, saneamento, saúde, justiça, educação e cultura.

O DEISU responde pela maior parte das salas de situação dos eixos cidade melhor, comunidade cidadã, minha casa minha vida e água e luz para todos. Sua estrutura é composta por quatro coordenações: Coordenação-Geral de Habitação; de Saneamento; de Saúde e Justiça e de Educação e Cultura; responsáveis por articular, monitorar e avaliar a seleção de execução de empreendimentos, assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura Social e Urbana, coordenar as salas de situação e elaborar relatórios, notas técnicas e balanços, no que tange a sua área de competência.

O Departamento de Informações (DEINF) tem a competência de gerir informações sobre a execução dos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento, inclusive relativas aos seus impactos socioeconômicos. Desta forma, responde pela consolidação dos dados referentes ao PAC e pela organização das informações de natureza gerencial produzidas pela SEPAC. Sua estrutura se compõe de duas coordenações, sendo uma de sistemas e, outra, de conteúdo.

À Coordenação-Geral de Sistemas compete: planejar, coordenar, gerir os projetos de soluções de Tecnologia da Informação – TI relacionadas ao monitoramento das informações do PAC; propor, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação corporativos utilizados no monitoramento das informações do PAC; promover ações de capacitação e treinamento no uso dos sistemas de informação corporativos utilizados no monitoramento das informações do PAC; desenvolver ações para garantia da disponibilidade, qualidade e confiabilidade das soluções de TI relacionadas ao monitoramento das informações do PAC; coordenar e executar as ações de promoção e conscientização em segurança da informação e comunicação, no âmbito da SEPAC; representar a SEPAC no Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, no Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC e demais instâncias consultivas e deliberativas relacionadas à TI que forem instituídas no Ministério; e subsidiar o Departamento Setorial de Tecnologia da Informação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – DSTI/SLTI no cumprimento das políticas, diretrizes e normas gerais relativas ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP.

À Coordenação-Geral de Conteúdo compete: articular e coordenar junto aos demais Departamentos da SEPAC, a elaboração de relatórios internos, destinados ao Gabinete Presidencial e ao Gabinete Ministerial, sobre o monitoramento dos empreendimentos da etapa dois do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2; coordenar e supervisionar a revisão de material sobre o PAC2, destinados à: balanços nacionais periódicos, cartilhas estaduais periódicas e página do PAC2 na Internet; subsidiar a SEPAC e o Gabinete Ministerial na elaboração de apresentações sobre o PAC2.

Ao Escritório Especial em Altamira - PA compete: promover a articulação entre os órgãos federais que desenvolvem políticas públicas na área de abrangência do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS do Xingu; promover a interlocução com outros órgãos do governo no monitoramento do PDRS do Xingu; acompanhar a implementação das ações federais na área de abrangência do PDRS do Xingu; mediar conflitos sociais na região; acompanhar e monitorar a implantação das ações decorrentes da Operação Cidadania Xingu; subsidiar a elaboração da estratégia de comunicação em conjunto com a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro – ASCOM/GM e Secretaria de Comunicação da Presidência da República; contribuir nos trabalhos e reuniões do Comitê Gestor do PDRS do Xingu; e prestar informações e elaborar relatórios acerca das atividades desenvolvidas pelo Escritório Especial.

#### **1.4 - Macroprocessos finalísticos**

Os macroprocessos finalísticos decorrem das atribuições da SEPAC, previstas nos incisos do artigo 44 do Decreto 7.675/2012, e correspondem, ordinariamente, ao seguinte ciclo:

1. Coleta de informações relativas à execução e ao estágio das ações do PAC junto aos órgãos setoriais;
2. Levantamento, junto aos órgãos executores, principalmente por meio das salas de situação, dos eventuais obstáculos ao adequado andamento;
3. Avaliação dos resultados das ações e do PAC, no âmbito de cada área monitorada, sistematizada nas salas de situação;
4. Discussão e desenvolvimento de propostas de solução para os principais gargalos e problemas identificados, também no âmbito das salas de situação.
5. Produção e manutenção de informações gerenciais, a partir da gestão dos dados coletados e das informações produzidas nos processos de avaliação e da correlação entre essas informações.

A SEPAC atua, ainda, com base na experiência das monitorias, subsidiando a definição de metas, de novos projetos e de portfólios a serem integrados ao PAC.

Periodicamente, a SEPAC produz os balanços do PAC e o material que os complementa.

Em 2013 foram produzidos três balanços quadrimestrais do PAC 2 (tratados no item “Outros Resultados”).

#### **1.5 - Macroprocessos de Apoio**

Os macroprocessos de apoio correspondem à manutenção da base de dados do PAC, extração de relatórios, análise e manifestação em processos administrativos, recomendações e determinações do TCU que envolvem assuntos relativos ao PAC, monitoramento de processos que tramitam no TCU e têm por objeto empreendimentos do PAC, prestações de contas ao e atividades similares.

Para que os servidores possam desenvolver suas atividades, a Secretaria conta com um Apoio Administrativo e Protocolo, responsáveis pelo agendamento de reuniões, logística de material de

consumo, apoio técnico na área de informática, gestão da documentação produzida e recebida por esta unidade, entre outras tarefas de ordem administrativa.

## 1.6 - Principais Parceiros

Para a consecução dos objetivos, a SEPAC interage com diversos órgãos, diagnosticando gargalos nos processos de execução de obras e projetos, desenvolvendo, conjuntamente, estratégias de mitigação de seus efeitos, destacando-se:

- Ministério das Cidades – interação com as áreas de saneamento, urbanização, habitação e áreas afins;
- MEC – interação com as áreas de creches e pré-escolas, quadras nas escolas;
- Ministério dos Transportes – interação com as áreas de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos;
- SAC – interação com a área de aviação civil;
- SEP – interação com a área de portos marítimos;
- Ministério de Minas e Energia – interação com todas as áreas de energia;
- Petrobras – interação com áreas de petróleo e gás e combustíveis renováveis;
- ANEEL – interação com a área de energia elétrica;
- CAIXA – atua como agente financiador e como mandatária da União em diversas áreas;
- Banco do Brasil – atua como agente financiador e mandatário em diversas operações e como executor na área de aeroportos regionais.
- Presidência da República – integra o CGPAC e o GEPAC;
- Ministério da Fazenda – integra o CGPAC e o GEPAC;
- Ministério da Saúde – interação com a área de UBSs e UPAs, além de atuar como órgão licenciador;
- Ministério da Cultura – interação com a área de CEUs;
- Ministério do Esporte – interação com a área de Centros de Iniciação ao Esporte;
- FUNASA – interação com a área de saneamento;
- IBAMA, FUNAI, ICM-Bio, Ministério do Meio Ambiente e Fundação Cultural Palmares – atuam como órgãos licenciadores em diversas áreas.

A atuação desses órgãos se dá ora participando do GEPAC e CGPAC, ora nas discussões relativas aos eixos que compõem o PAC (Transportes, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida e Água e Luz para Todos), ora por meio de participações em salas de situação, em discussões e reuniões específicas, relativas a processos isolados ou, mesmo, participando de visitas *in loco* às obras integrantes do PAC.

## 2 - PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.1 - Planejamento da unidade

Os objetivos estratégicos do PAC são os de incentivar o investimento privado e promover o investimento público em infraestrutura física e social. Mantém-se os objetivos originais de se construir a infraestrutura necessária para sustentar o crescimento do país, fazer crescer o emprego e a renda e acelerar o crescimento econômico, tendo sido incluídos, nessa segunda fase, a construção de condições sociais que deem suporte e sustentabilidade a esse crescimento. Em 2012 acresceu-se a esses objetivos iniciais do PAC 2 a atuação em busca de efeitos mitigadores da crise econômica mundial. Além da carteira de investimentos propriamente dita, há um conjunto de medidas

institucionais, com o objetivo de aumentar a oferta de crédito e redução dos juros, de desonerações tributárias e de melhoria do ambiente de investimento, entre outras, estruturadas de modo a dar consistência e potencializar os efeitos das ações de investimento. Essas medidas são desempenhadas em diversos órgãos do Governo Federal, e embora haja uma atuação da SEPAC na articulação dessas intervenções, suas atribuições específicas dizem respeito, mais diretamente, ao monitoramento da carteira de investimentos. Assim, os objetivos estratégicos do PAC são traduzidos, no âmbito de atuação da SEPAC, por dois objetivos principais: atingir R\$ R\$ 708 bilhões em ações concluídas até 31/12/2014 e realizar R\$ 1,016 trihões no mesmo período, sendo que a diferença entre os dois valores se refere a investimentos em ações que serão concluídas após 2014.

Em 2010 com a estruturação do PAC 2 em seis eixos (Transportes, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida e Água e Luz para Todos), foram inicialmente definidos os recursos para investimentos.

Para os eixos Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida e Água em áreas urbanas, o processo de definição de empreendimentos apresentados por Estados e Municípios ocorre, preferencialmente, mediante seleção pública, por meio de critérios de seleção previamente estabelecidos para cada caso.

Realizou-se uma seleção preliminar dos empreendimentos para as áreas de logística e energia, baseada nos critérios de alavancagem do desenvolvimento local e regional e de redução das desigualdades sociais e regionais; características estruturantes contempladas nos diversos planos estratégicos setoriais; sinergia entre os projetos e complementaridade com os empreendimentos do PAC 1; sustentabilidade ambiental; e recuperação de infraestrutura existente. Esse planejamento é a base que orienta a atuação da SEPAC até 31/12/2014.

Paralelamente à sua atuação finalística, no PAC 2 a SEPAC participou ativamente de debates e discussões relativas à extensão do RDC (Regime Diferenciado de Contratações) às ações do PAC, de modo a conferir maior eficácia e rapidez aos procedimentos licitatórios e maior segurança aos contratos deles decorrentes.

A estratégia da SEPAC em 2013 foi pautada pelas prioridades de consolidar e aprimorar os arranjos institucionais do PAC, coordenar a estruturação da carteira de investimentos, subsidiando a definição das metas pelo CGPAC, e dar sequência ao sistema de monitoramento. As metas são fixadas, no âmbito dos órgãos executores, para cada empreendimento, e sua consolidação permite uma avaliação por segmento (subtipo, tipo ou eixo) até uma visão do PAC como um todo.

## **2.2 - Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados**

Os itens 2.2.1 (Programa Temático) e 2.2.2 (Objetivo), da numeração constante do modelo de relatório disponibilizado pelo TCU, não se aplicam à SEPAC, pois não há programação nesses níveis internamente à UJ.

## 2.2.1 – Ações

### 2.2.1.1 - Ações - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS

#### QUADRO 2 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	8785 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC					
<b>Iniciativa</b>	Aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento intensivo dos projetos estratégicos <b>Código:</b> 02DB					
<b>Objetivo</b>	Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas <b>Código:</b> 0607					
<b>Programa</b>	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública <b>Código:</b> 2038 <b>Tipo:</b> Programa Temático					
<b>Unidade Orçamentária</b>	47101 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP					
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000,00	8.000.000,00	830.503,92	830.503,92	615.509,19	214.994,73	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não há meta física						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
529.536,97	413.902,50	26.921,80	Não há meta física			

### 2.2.1.2 - Análise Situacional

Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal.

A finalidade da ação é se constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.

### 2.3 - Informações sobre outros resultados da gestão

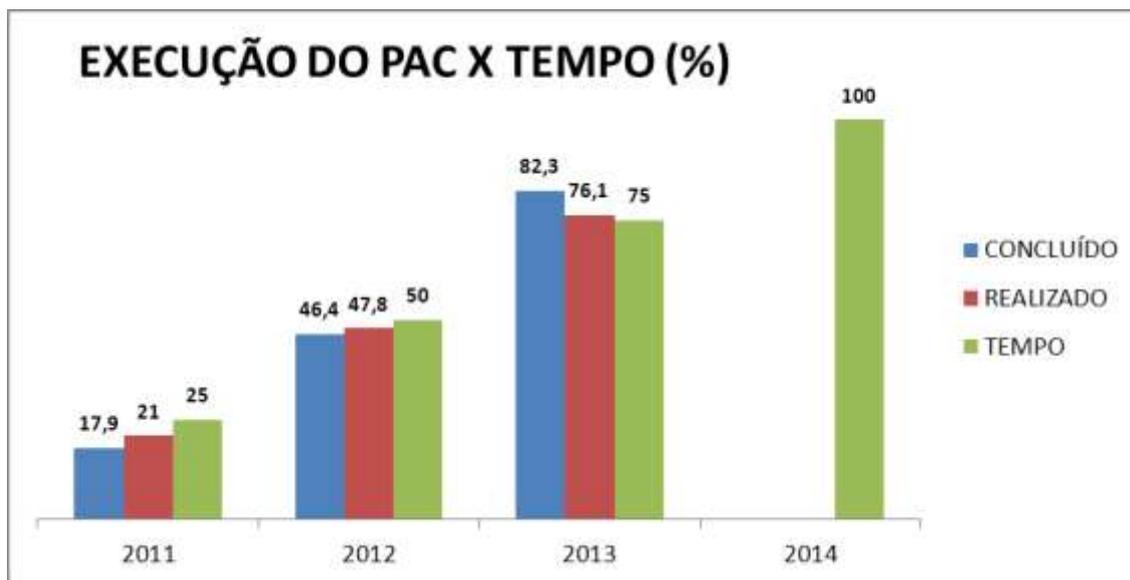
A SEPAC não executa as obras do PAC diretamente, sendo responsável por acompanhar, monitorar e articular os órgãos envolvidos em sua execução de modo a garantir suas principais metas e resultados. Assim, os resultados mais importantes da SEPAC são os relativos à execução do PAC como um todo.

Nesse sentido, dois são os resultados mais expressivos na gestão do PAC em 2013, conforme se vê na figura 2 adiante.

Primeiramente, do total originariamente previsto para ações a serem concluídas até 2014 (R\$ 708 bilhões), até o final do exercício de 2013 foram concluídos R\$ 583 bilhões, o que corresponde a 82,3% daquela previsão (quando decorridos 75% do período de execução do PAC 2) e a uma elevação de 77,6% em relação a 2012 (R\$ 328,2 bilhões). Ao final de 2012 esse percentual de execução correspondia 46,4% (ou seja, menos da metade, quando já se ultrapassara metade do tempo).

O segundo resultado é o de execução global do programa, que atingiu R\$ 773,4 bilhões, o que corresponde a 76,1% do valor total atualizado previsto para ser alocado até 2014 (R\$ 1,016 trilhões). Esse resultado foi 63,7% superior ao de 2012 (R\$ 472,4 bilhões), que correspondia a 47,8% da meta até então.

**FIGURA 2 – EXECUÇÃO DO PAC**



Constata-se, pelo gráfico acima, que 2013 foi um ano de inflexão na relação entre os percentuais de execução e o de tempo decorrido (que em 2011 e 2012 era superior àqueles), o que indica tendência de cumprimento das duas grandes metas do programa.

Considerando-se apenas o Orçamento Geral da União em 2013 foram empenhados R\$ 63,1 bilhões e pagos R\$ 44,7 bilhões, incluindo restos a pagar; em 2012 foram empenhados R\$ 53,8 bilhões e pagos R\$ 39,3 bilhões, com elevação, respectivamente, de 17% e 14%.

No desempenho por setores, destacam-se ainda, em 2013, os resultados abaixo:

**TABELA 1 – DESEMPENHO ACUMULADO POR SETOR (EXECUÇÃO GLOBAL, EM VALORES)**

	2012 (R\$ bilhões)	2013 (R\$ bilhões)	Evolução (%)
<b>Estatal</b>	128,9	206,7	60,3
<b>Setor Privado</b>	98,9	146,4	48,0
<b>Financiamento ao Setor Público</b>	6,4	11,4	78,1
<b>Financiamento Habitacional</b>	151,6	253,8	67,4
<b>OGU (excluído Minha Casa, Minha Vida)</b>	48,4	78,9	63,0
<b>Minha Casa, Minha Vida (inclui parte OGU)</b>	36,3	73,9	103,6
<b>Contrapartidas (Estados e Municípios)</b>	1,8	2,2	22,2
<b>TOTAL</b>	472,4	773,4	63,7
<b>Total apenas no período</b>	268,0	301,0	12,3

Fonte: 9º Balanço do PAC 2 – fls. 21

Os resultados acumulados ao final de 2013, por eixo, com ênfase na execução física, seguem abaixo.

Os investimentos relativos ao eixo **Transportes** visam a redução de custos para os mercados interno e externo e dos gargalos logísticos, promovendo a diversificação e integração da malha de transportes nacional.

Ao final de 2013 alcançou-se a marca de 3.080 km construídos de rodovias. No final do exercício estavam em execução 2.548 km de obras de duplicação e 4.367 km de pavimentação, além de 52.348 km de manutenção de rodovias contratada.

Concluíram-se 639 km de ferrovias construídas e encerrou-se o exercício com 2.471 km em andamento.

Na área de portos foram concluídas 21 obras que modernizaram e ampliaram a capacidade dos portos brasileiros (por exemplo, Recuperação, Alargamento e Ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória; a Dragagem de Aprofundamento de sete portos, como Santos (SP), Natal (RN) e Rio de Janeiro (RJ); a construção da 1ª Fase da Avenida Perimetral Portuária – Margem Esquerda – do Porto de Santos e a Ampliação do Píer Principal do Porto de Vila do Conde (PA)).

Obras e projetos de recuperação, alargamento, dragagem de aprofundamento e de Terminal de Passageiros estão em andamento em 11 portos, como a dragagem do Porto de Imbituba (SC), a Construção de berços nos Dolphins do Atalaia no Porto de Vitória (ES). E também a reforma e ampliação dos Terminais Marítimos de Passageiros para a Copa 2014 em Salvador, Fortaleza e Natal.

No transporte em Hidrovias destacam-se intervenções na Hidrovia do Tietê (SP), como o reforço das proteções dos pilares das pontes da BR-153 (SP) e de Igarapu do Tietê com 54% realizados. Além dessas obras, foram concluídos 16 terminais hidroviários e estão em andamento obras em outros cinco, como Terminal de Eiruneipé (AM), que atingiu 77% de execução.

Atingiu-se, em 2013, no PAC 2, a marca de 22 obras concluídas em aeroportos, como a Reforma e Ampliação do Aeroporto de Foz do Iguaçu (PR), a construção do Terminal 4 do Aeroporto de

Guarulhos (SP) e implantação de sete módulos operacionais em cidades como Porto Alegre (RS), Goiânia (GO) e Vitória (ES). Outras obras estruturantes foram finalizadas, como a reforma da pista de pouso de Curitiba (PR) e ampliação dos pátios de aeronaves de Salvador (BA) e Macapá (AP). Essas e outras intervenções ampliaram a capacidade dos aeroportos em mais de 15 milhões de passageiros por ano. Ao final do exercício havia 26 empreendimentos em andamento em 15 aeroportos.

Nos aeroportos regionais, foram concluídas dez obras em oito cidades e há obras em andamento em outras 16 cidades, como a reforma e ampliação dos terminais de passageiros de Tabatinga (AM) e Marabá (PA).

O PAC 2 universalizou o acesso a retroescavadeiras em municípios com menos de 50 mil habitantes. Atingiu-se o número de 5.071 retroescavadeiras, alcançando toda a meta prevista no PAC 2. Foram distribuídas, até 2013, outras 2.801 motoniveladoras e 1.756 caminhões caçamba para os municípios com menos de 50 mil habitantes.

Na área de **Geração de Energia Elétrica**, o PAC 2, ao final de 2013, havia aumentado a capacidade do parque gerador brasileiro em 10.200 MW, sendo 3.434 MW em 2013. Entre as usinas que entraram em operação, destacam-se as Usinas Hidrelétricas de Jirau (3.750 MW) e Santo Antônio (3.150 MW), em Rondônia, a Usina de Estreito (1.087 MW), entre Maranhão e Tocantins, e a de Mauá (361 MW), no Paraná.

Além disso, entraram em operação 33 usinas eólicas (UEE) com capacidade instalada de 828 MW: Pedra do Reino I e III, Sete Gameleiras e Pedra Branca, na Bahia; Osório 3, Atlântica V e Fazenda Rosário 2, no Rio Grande do Sul; Arizona I, no Rio Grande do Norte; e Icarai, no Ceará, são alguns exemplos.

Estão em construção nove hidrelétricas (20.359 MW), seis termelétricas (2.640 MW), 140 eólicas (3.685 MW) e cinco pequenas centrais hidrelétricas (100 MW). Essas diversas fontes de energia aumentarão em 26.784 MW a capacidade de geração de energia do País. A Usina de Belo Monte, que terá 11.233 MW de capacidade instalada, já está com 43% de obras executadas.

Para levar toda essa energia aos mercados consumidores, fortalecendo e expandindo o Sistema Interligado Nacional, na área de **Transmissão de Energia Elétrica**, foram concluídas 31 Linhas de **Transmissão**, totalizando 9.828 km de extensão no PAC 2. A linha de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus, com 1.798 km de extensão, está concluída, aumentando a garantia do suprimento de energia aos estados do Amazonas e Amapá, interligando-os ao sistema nacional. Além disso, está concluído o primeiro circuito da Interligação Madeira – Porto Velho – Araraquara, com 2.375 km de extensão, que já leva a energia das usinas do rio Madeira para todo país.

Atualmente, há outras 37 linhas de transmissão em obras, totalizando 9.920 km, além de 30 subestações de energia. No PAC 2, 11 leilões viabilizaram a concessão de 19.653 km de novas linhas de transmissão, com investimento previsto de R\$ 21,3 bilhões.

No setor de **Petróleo e Gás Natural**, no Pré-sal, o PAC 2 contribuiu para avanços importantes na área de petróleo. Exemplo disso é o sucesso na campanha exploratória da área em 2013, na qual foi encontrado petróleo em todo poço perfurado. Outro fato importante é a recente declaração de comercialidade de três novos campos: Lapa, Búzios e Sul de Lula, na bacia de Santos (RJ/SP). Em 2013, a reserva de petróleo do Pré-sal cresceu 43% e bateu novo recorde de produção, com 371 mil barris por dia, equivalente a 19% da produção nacional.

Realizou-se o primeiro Leilão de Partilha com a oferta de excedente em óleo para a União de 41,6%, bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões e compromisso de investimento exploratório de R\$ 611 milhões.

No Pós-sal, destaque para as diversas descobertas e confirmações ocorridas em águas profundas da Bacia de Sergipe-Alagoas, nos poços de Barra, Moita Bonita, Farfan e Muriú, comprovando a existência de um novo polo de produção de petróleo e gás natural.

Houve a realização, em 2013, de duas rodadas de licitação de blocos, a 11ª e 12ª, com a contratação de 118 e 72 blocos, respectivamente, e bônus de assinatura total de 2,6 bilhões.

Nos três anos do PAC 2, foram iniciadas as perfurações de 381 poços exploratórios, sendo 181 em mar e 200 em terra, dos quais 305 já foram concluídos. Destaca-se também, no último quadrimestre, o início de produção nas plataformas P-55 e P-63, ambas no Pós-sal da Bacia de Campos (RJ), totalizando o início de operação de oito plataformas no PAC 2.

As plataformas P-58, P-61 e P-62, construídas em estaleiros nacionais, já estão em alto mar, em fase final de instalação para início de operação.

Na área de **Refino e Petroquímica**, destaca-se a conclusão de 13 obras de modernização e melhoria de qualidade dos combustíveis em nove refinarias existentes. Com essas obras, desde 1º de janeiro de 2014, todos os postos do país passaram a receber as novas gasolinas de ultrabaixo teor de enxofre (S-50), o que reduz as emissões de gases poluentes provenientes da queima desses combustíveis em até 60%.

As obras da refinaria Abreu e Lima (PE) e do Comperj (RJ) estão, respectivamente, com 84% e 66% já realizadas. Com o início da operação dessas duas refinarias, serão acrescidos à capacidade de processamento nacional mais de 395 mil barris por dia.

Em **Fertilizantes e Gás Natural**, destaque para o início de operação do terminal de regaseificação da Bahia, que disponibilizará até 14 milhões de m<sup>3</sup> por dia de gás natural, garantindo o abastecimento energético do País. A Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (MS) está com 64% das obras realizadas.

Na revitalização da Indústria Naval, atingiu-se a marca de R\$ 26,64 bilhões de financiamento à construção de 356 embarcações e 13 estaleiros. O setor está sendo alavancado com o PAC 2 por meio do Programa de Modernização e Expansão da Frota de Petroleiros (Promef I e II). Já foram entregues sete navios de grande porte: Celso Furtado, João Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Rômulo Almeida, Zumbi dos Palmares, José Alencar e Dragão do Mar. O Promef tem outros 12 navios em construção, somando 46 embarcações já contratadas. No Programa de Expansão e Modernização da Marinha Mercante, 310 embarcações estão contratadas e outras 73 entregues. Dos estaleiros, dez estão contratados e três concluídos.

Em **Combustíveis Renováveis**, o primeiro trecho do Sistema Logístico de Etanol, construído entre as cidades paulistas de Ribeirão Preto e Paulínia, foi inaugurado em agosto de 2013. Nesse trecho, são 206 km de dutos que interligam duas das principais regiões produtoras de etanol do País. Quando concluído, o sistema integrará o escoamento da produção entre os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

O **Eixo Cidade Melhor** do PAC 2 apoia a realização de empreendimentos de Saneamento, Prevenção em Áreas de Risco, Pavimentação e Mobilidade Urbana. Os investimentos são feitos em parceria com os governos estaduais, municipais e com o setor privado.

Em **Saneamento**, as ações totalizam 3.393 empreendimentos contratados das seleções realizadas entre 2007 e 2009. Esses investimentos somam R\$ 25 bilhões, cuja execução média é de 69% e irão beneficiar 7,6 milhões de famílias em 1.917 municípios de 26 estados e no Distrito Federal. Dos empreendimentos contratados, 818 foram concluídos no PAC 2, como a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Baixada Santista (SP), que integra o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana, no valor de R\$ 1 bilhão, beneficiando mais de 400 mil famílias. Muitos empreendimentos encontram-se em estágio avançado, como a obra de Saneamento Integrado no Litoral Norte, nos Vales do Paraíba e da Mantiqueira e na Bacia do Piracicaba-Capivari-Jundiaí (SP), com investimentos de R\$ 1,2 bilhão e 94% de execução. Quando concluída, a obra beneficiará mais de 90 mil famílias.

Em 2013 atingiu-se o montante de 4.312 empreendimentos selecionados de saneamento, dos quais 58% estão contratados. Essas ações representam R\$ 24,5 bilhões de novos investimentos que incluem obras de esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e saneamento integrado. Os projetos selecionados no PAC 2 beneficiarão 3.498 municípios em todos os estados do Brasil. Desses empreendimentos, 47% estão em obras.

Em **Prevenção em Áreas de Risco**, foram selecionados 486 empreendimentos de drenagem e 155 de contenção de encostas desde 2007, visando amenizar os efeitos das inundações e prevenir deslizamentos.

Nas ações de **Drenagem**, há 211 empreendimentos selecionados entre 2007 e 2009, totalizando investimentos de R\$ 5,2 bilhões, que irão beneficiar 114 municípios de 18 estados. Essas obras estão com execução média de 59% e reduzirão significativamente os danos causados pelas inundações. Como exemplo, a conclusão das obras de macrodrenagem em Presidente Prudente (SP), no valor de R\$ 60 milhões. Da seleção de obras ocorrida em 2011, estão contratados todos os 134 empreendimentos que representam investimentos de R\$ 3,7 bilhões, dos quais 83% já estão em obras, beneficiando 105 municípios em 20 estados.

No âmbito do Plano de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais, foram selecionados, em 2012 e 2013, mais 141 empreendimentos que beneficiarão 164 municípios nos 13 estados que apresentam os maiores índices de mortes e de desalojados em decorrência de desastres naturais. Esses investimentos totalizam R\$ 9,8 bilhões.

Na área de Contenção de Encostas, os 115 empreendimentos contratados na seleção de 2011 beneficiam 70 municípios em 10 estados, totalizando R\$ 594 milhões. Desses empreendimentos, 96% estão em execução ao final de 2013. Em 2012, também pelo Plano de Gestão de Risco, foram selecionados mais 40 empreendimentos, com investimentos de R\$ 1,7 bilhão, distribuídos em 42 municípios de seis estados.

O PAC 2 investe em **Mobilidade Urbana** nas grandes e médias cidades brasileiras, contribuindo para desafogar o trânsito nas principais capitais do País e para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Em 2013, foi lançado o Pacto da Mobilidade, que disponibiliza R\$ 50 bilhões para ações de mobilidade em grandes centros urbanos e em parceria com estados e municípios.

Até 14 de fevereiro, os recursos anunciados somam R\$ 31,9 bilhões para Rio de Janeiro, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Paulo, Guarulhos, Osasco, do Grande ABC Paulista, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Fortaleza, Recife e Belo Horizonte e Manaus. Esses empreendimentos somam-se aos demais investimentos do Governo Federal em Mobilidade Urbana, destinados à construção de metrô, mon trilhos, aeromóveis, trens urbanos, Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), BRTs, corredores de ônibus e teleféricos nas principais capitais, grandes e médias cidades brasileiras. São mais de 3.500 quilômetros em obras de transporte coletivo sendo

viabilizadas em todo o país e que vão contribuir para tornar o transporte coletivo mais confortável, rápido, seguro e com preço justo.

Além do Pacto, importantes obras estão sendo realizadas por meio das seleções de mobilidade realizadas em 2011, 2012 e 2013. São 19 BRTs, oito corredores de ônibus, um monotrilho, três sistemas de monitoramento, dois terminais, nove vias, dois VLTs, duas estações de metrô e um corredor fluvial em andamento nas cidades de Belo Horizonte, Belém, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Ao final de 2013 encontravam-se concluídas seis obras de mobilidade como os trens urbanos de São Leopoldo a Novo Hamburgo (RS) e o de Calçada a Paripe, em Salvador (BA), o aeromóvel em Porto Alegre (RS) e o Boulevard Arrudas, em Belo Horizonte (MG).

No PAC 2, 143 municípios e dois estados têm obras contratadas de **Pavimentação** e qualificação de vias, totalizando R\$ 1,5 bilhão, dos quais 92% estão em execução. Outros 470 empreendimentos foram selecionados em 2013 e vão beneficiar mais de 330 municípios pelo País.

Por meio do PAC **Cidades Históricas**, o Governo Federal disponibilizou R\$ 1,6 bilhão para recuperação de monumentos e sítios urbanos de 44 cidades, em 20 Estados. Já estão em execução as restaurações do Mercado Municipal de Porto Alegre (RS) e do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro (RJ). Esses monumentos fazem parte dos 424 empreendimentos que têm sua restauração garantida.

O PAC 2 também está investindo R\$ 202 milhões para promover a inclusão digital de 262 municípios selecionados em 2013. O PAC **Cidades Digitais** vai melhorar a qualidade da gestão e dos serviços públicos por meio da instalação de redes, sistemas e pontos públicos de acesso à internet.

No **Eixo Comunidade Cidadã** do PAC2 são realizados investimentos em áreas sociais como saúde, educação, esporte, cultura e lazer, garantindo mais qualidade de vida à população dos centros urbanos.

Entre as atividades desse eixo estão a construção ou ampliação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde (UBS); a construção de creches e pré-escolas; a construção ou cobertura de quadras esportivas em escolas, Centros de Artes e Esportes Unificados, além dos Centros de Iniciação ao Esporte. Essas obras são realizadas em parceria com estados e municípios.

Ao final de 2013 já haviam sido contratadas a construção ou ampliação de 15.638 **Unidades Básicas de Saúde**, com investimentos de R\$ 3,9 bilhões, que irão atender 4.311 municípios em todos os estados brasileiros. Das unidades contratadas, 33% estão em obras e 1.404 já foram concluídas.

Com investimentos de R\$ 1 bilhão, foram contratadas 503 **Unidades de Pronto Atendimento (UPA)**, que oferecerão serviços de saúde a 59 milhões de pessoas. Desse total, 141 UPAs estão em obras e 14 concluídas.

Para apoiar os municípios no atendimento à educação infantil, foram contratadas, até 2013, no PAC 2, 4.741 **creches e pré-escolas**, que irão beneficiar 2.144 municípios em todos os estados, com investimentos de R\$ 6 bilhões. Das unidades contratadas, 39% estão em obras e 223 concluídas. Com todas as creches em funcionamento, 1,6 milhão de crianças serão atendidas em todo o País.

Estão contratadas 7.292 **quadras esportivas escolares**, em 2.901 municípios de 27 estados, totalizando R\$ 2,8 bilhões em investimentos. Das quadras contratadas, 18% estão em obras e 7% foram concluídas. Mais de cinco milhões de alunos serão beneficiados com as novas quadras.

Os **Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU)** são espaços sociais que levam à população a oportunidade de usufruir, no mesmo espaço físico, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. Todas as 357 unidades foram contratadas em 324 municípios e em todos os estados, somando R\$ 793 milhões. Dos empreendimentos contratados, 91% estão em obras e 22 concluídos.

Em dezembro de 2013, 285 **Centros de Iniciação ao Esporte (CIE)** foram selecionados em 263 municípios em todos os estados brasileiros. Os investimentos somam R\$ 967 milhões para garantir a oferta de equipamento público qualificado, incentivando a iniciação ao esporte em território de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras. Os CIEs integram atividades voltadas ao esporte de alto rendimento para estimular a formação de atletas entre crianças e adolescentes.

As ações do Eixo **Minha Casa, Minha Vida** do PAC 2 promovem o acesso à moradia digna a milhões de brasileiros por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, do financiamento habitacional pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e por ações de Urbanização de Assentamentos Precários. Esses investimentos são feitos em parceria com os governos estaduais, municipais e setor privado.

Em 2013, atingiu-se o patamar de 3,2 milhões de moradias contratadas desde o início do programa, das quais já foram entregues 1,51 milhão de unidades, tendo sido beneficiadas mais de cinco milhões de pessoas.

Na região Sul, 361,6 mil casas e apartamentos foram entregues; no Nordeste, 383,5 mil; no Sudeste, 518,8 mil; na região Norte, 61,3 mil e no Centro-Oeste foram entregues 184,2 mil moradias.

Considerado apenas o MCMV 2, mais de 2,24 milhões de unidades foram contratadas de 2011 até dezembro de 2013. Até o final de 2014 outras 500 mil moradias serão contratadas em todo o Brasil.

Em **Urbanização de Assentamentos Precários**, 3.205 empreendimentos foram contratados, entre 2007 e 2009, somando R\$ 20,2 bilhões de investimentos. Esses empreendimentos têm, ao final de 2013, execução média de 63%. Foram concluídos 1.410 empreendimentos que beneficiam mais de 410 mil pessoas. A partir de 2011, o PAC 2 contratou 449 novas ações em assentamentos precários, que totalizam investimentos de R\$ 12,9 bilhões, que beneficiarão 604 mil famílias, em 358 municípios de 26 estados.

O **Financiamento Habitacional (SBPE)** contratou 92% a mais do que o previsto entre 2011 e 2013. Foram R\$ 253,8 bilhões para aquisição, reforma ou construção de novas moradias, beneficiando mais de 1,39 milhão de famílias em todo o País.

No eixo **Água e Luz para Todos** os investimentos são na expansão dos sistemas de abastecimento de água e de irrigação e em ações para universalizar o acesso à energia elétrica nas áreas rurais.

O programa **Luz para Todos** completou dez anos no final de 2013, tendo beneficiado 15 milhões de pessoas. Mais de 3,75 milhões de ligações de energia elétrica foram realizadas. Apenas no PAC 2, o programa realizou mais de 455 mil ligações, levando energia elétrica para 1,8 milhão de pessoas que vivem no campo, em assentamentos da reforma agrária, aldeias indígenas,

comunidades quilombolas e ribeirinhas. Desse total, mais de 170 mil pessoas são beneficiárias do Programa Brasil Sem Miséria.

Os investimentos em **Água em Áreas Urbanas** são realizados em parceria com os governos estaduais, municipais e com o setor privado e preveem a construção de adutoras, estações de tratamento e reservatórios. Em 2013 registrou-se R\$ 9,4 bilhões em contratações para execução de 3.042 empreendimentos, beneficiando 7,5 milhões de famílias. Esses contratos destinam-se a ampliar e melhorar os sistemas de abastecimento de água de 1.568 municípios de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal (DF). A execução média dos empreendimentos em andamento é de 67% e 652 obras foram concluídas.

Nos últimos três anos, foram selecionados mais 809 empreendimentos para execução de obras de abastecimento em áreas urbanas, dos quais 61% estão contratados. Essas ações representam R\$ 10,6 bilhões de novos investimentos, que incluem a seleção realizada em outubro de 2013. O total selecionado beneficiará 686 municípios em 26 estados e no DF.

Os investimentos em **Recursos Hídricos** objetivam garantir oferta de água para populações que vivem no semiárido, destacando-se a Integração do Rio São Francisco, maior obra hídrica do Brasil (469 km), em andamento nos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco, que irá garantir oferta de água a cerca de 12 milhões de pessoas. Em 2013 as obras estiveram em andamento em todos os trechos dos eixos Norte e Leste. No Eixo Norte, as obras avançaram de 43% para 50% executados no último quadrimestre. No Eixo Leste, as obras progrediram de 52% para 55% no último quadrimestre.

Diversos empreendimentos para combater a escassez de água no Nordeste brasileiro foram concluídos, como a barragem Figueiredo (CE), a 1ª fase da Adutora do Algodão (BA) e os sistemas de Piau (PI), Seridó (RN), Agrestina (PE) e Congo (PB), além de trechos do Canal do Sertão Alagoano (AL), do Eixão das Águas (CE) e da Adutora do Pajeú (PE), que já beneficiam mais de seis milhões de pessoas com melhores condições de abastecimento de água.

Destaca-se ainda a implantação de 202 sistemas simplificados de abastecimento de água e a implantação de 95 poços nos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Essas obras enfrentam, de forma mais imediata, os efeitos negativos causados pela seca.

As obras do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas (CE) se aproximavam da conclusão no final do exercício (98%). Os perímetros Baixo Acaraú (CE), Marrecas-Jenipapo (PI) e Gortuba (MG) também mantiveram bom ritmo de execução.

No final de 2013 o PAC Prevenção contava com 202 empreendimentos voltados ao abastecimento de água em 10 estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) que sofrem com os efeitos da estiagem. De um valor total previsto de R\$ 3,2 bilhões, foram contratados mais de 2,4 bilhões, dos quais R\$ 1,1 bilhão estão em obras.

No que diz respeito à aplicação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC – Lei Nº 12.462/2011), em substituição ao regime tradicional definido pela Lei Nº 8.666/1993, a partir da extensão ao PAC (Lei Nº 12.688/2012), a SEPAC vem participando de discussões para aprimoramento da legislação (vide, a título de exemplo, o quadro 21, no anexo IV deste relatório), promovendo e estimulando a adoção do regime por órgãos federais (especialmente o DNIT e a INFRAERO o veem adotando com sucesso) e o difundindo, por meio de participação em fóruns, cursos e palestras, a órgãos estaduais e municipais.

Em 2013 foram divulgados o 6º, o 7º e o 8º balanços do PAC 2, disponíveis no sítio eletrônico do programa ([www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br)). Os resultados relativos a 2013 constam do 9º balanço do PAC 2, tendo sido elaborado em fevereiro de 2014, também disponível no mesmo sítio.

### **3 - ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

#### **3.1 - Estrutura de Governança**

A SEPAC atua, parcialmente, como estrutura de governança do PAC. Nesse sentido, as salas de situação, como estruturas constituídas por grupo de servidores indicados para acompanhar as ações de cada setor, coordenadas pela SEPAC, realizam o acompanhamento de cronogramas físico e financeiro para assegurar prazos e resultados, gerenciar restrições que possam afetar o desempenho do programa e induzir melhorias nas políticas públicas. Tais salas podem ser consideradas instâncias mistas de governança, já que são compostas por agentes internos (responsáveis pelo processo de monitoramento e coordenação das salas de situação) e externos (responsáveis pela atualização de dados e partícipes do processo de identificação e gerenciamento de restrições).

Ordinariamente, como informado no item “Macroprocessos Finalísticos”, a SEPAC atua em um ciclo que se completa a cada balanço (quadrimestralmente, em regra), e que envolve a coleta de informações sobre os empreendimentos, junto aos Ministérios Setoriais; discussão, por meio das salas de situação, sobre os principais obstáculos à execução; atualização dos dados, quando for o caso; atualização da base de dados do PAC; análise dos dados e produção de informações gerenciais; produção do balanço do PAC.

Portanto, a base de dados que dá suporte às salas de situação é regularmente alimentada com informações, de natureza declaratória, a respeito de cada empreendimento do PAC, elaboradas pelos órgãos responsáveis pela sua execução. Um sistema de administração dessa base foi desenvolvido com o objetivo de facilitar o registro e a atualização de informações gerenciais como justificativas para alterações de status e situação entre um balanço e outro, tabelas básicas de tipo e subtipo, mudanças pontuais em atributos, etc. Um ferramenta de inteligência de negócios foi configurada e adaptada para geração de relatórios, gráficos e projeções, permitindo o acompanhamento eficaz e tempestivo da evolução da base de dados. Com auxílio de um ambiente de gestão de conhecimento colaborativo, são definidos os ciclos de monitoramento e fornecidas informações qualitativas sobre os resultados, as restrições as providências e encaminhamentos acordados nas salas de situação. Os três atores: responsáveis, monitores e gestores, que compõem a cadeia informacional do PAC, acessam o sistema que tem regras de alçada hierárquicas de preenchimento. A produção dos balanços ocorre de quatro em quatro meses e permite transmitir informações atualizadas e transparentes à sociedade e aos órgãos governamentais.

Esse processo gerencial, centrado no registro de informações quantitativas declaratórias e qualitativas, subsidia o trabalho nas salas de situação que acompanham a evolução dos empreendimentos do PAC tem foco na resolução dos entraves identificados. Ele ocorre, em função da sua natureza declaratória e qualitativa, em separado dos sistemas estruturantes utilizados para acompanhar a execução orçamentaria e a contabilização do PAC (o SISPA, utilizado para cadastro e liberação de recursos relativos aos empreendimentos, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 5º-B do Decreto 6.025/2007 e o SIOP, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, que suporta os processos de planejamento e orçamento do Governo Federal).

Externamente, há duas instâncias de governança, definidas no Decreto 6.025/2007, que instituiu o PAC:

**CGPAC:** Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento, instância responsável pelo acompanhamento e supervisão do PAC, com o objetivo de coordenar as ações necessárias à sua implementação e execução, composto pelos Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordena, da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República.

A inclusão de novas ações no PAC é precedida de deliberação do CGPAC, cujas atas autorizam a inclusão. Nos casos em que os investimentos são custeados com recursos do OGU e os empreendimentos são executados no âmbito de estados, DF ou municípios, após a deliberação do CGPAC é elaborado decreto de transferência dos recursos.

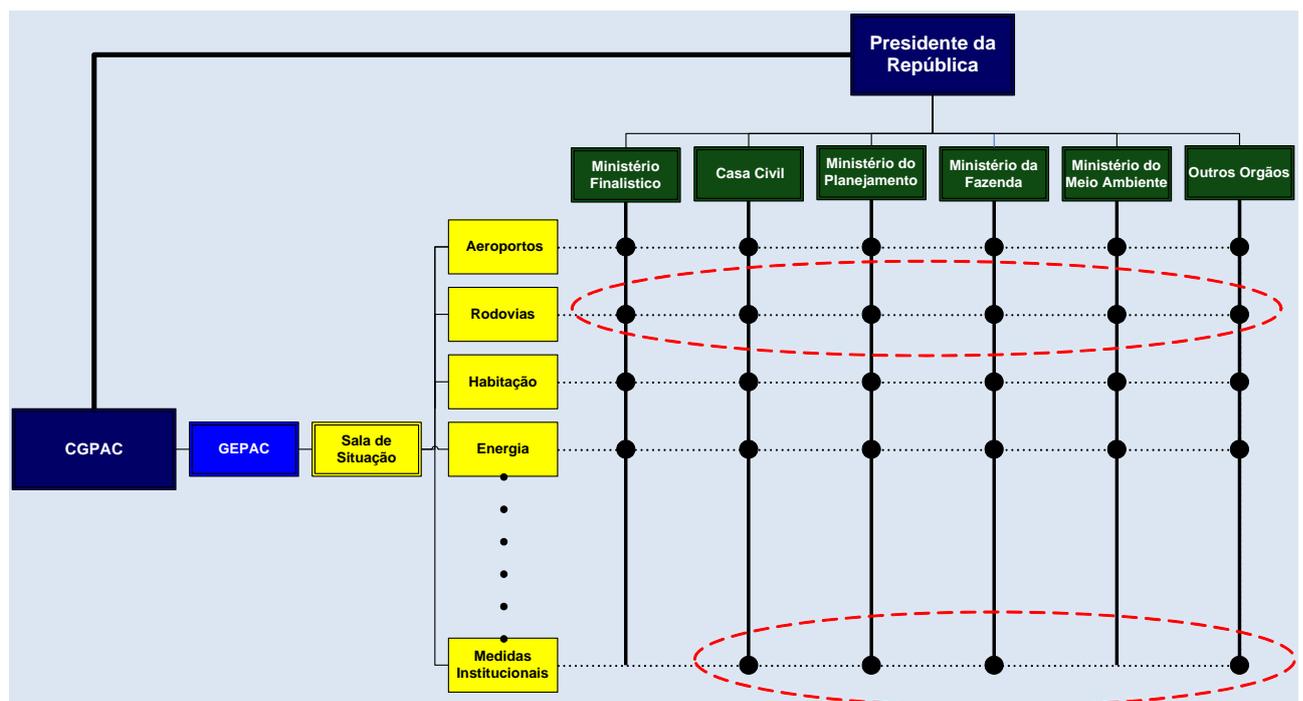
Constantemente o CGPAC, no exercício de sua função de supervisão, a partir de reuniões de seus representantes com ministros das áreas setoriais, diretores de estatais e representantes de governos estaduais e municipais responsáveis pela execução de obras do PAC, reorienta ou ratifica o trabalho das equipes de monitoramento, de modo a garantir a implementação do PAC.

**GEPAC:** Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento, vinculado ao CGPAC, com o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC, sendo integrado por representantes da própria SEPAC, da SOF e da SPI (estes do MPOG), SAM (Casa Civil da Presidência da República), da STN e da SAE (Ministério da Fazenda).

O GEPAC atua como instância intermediária entre as salas de situação e o CGPAC, definindo e redefinindo, a partir dos diagnósticos levantados, metas e prioridades de intervenção para empreendimentos ou carteiras.

A figura abaixo ilustra e exemplifica o modelo de gestão do PAC:

**FIGURA 3 – MODELO DE GESTÃO DO PAC**



As atividades da SEPAC são objeto de acompanhamento pela AECI do MPOG e de fiscalização e auditoria pela CGU.

Assim, ainda que não disponha, em razão de sua própria natureza e dimensão, de estruturas de governança interna típicas, como conselhos ou auditorias internas, a SEPAC encontra-se em um ambiente de governança bastante estruturado, funcionando, inclusive, como estrutura interna de apoio à governança no âmbito do PAC e do Governo Federal.

### 3.2 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Ver quadro no Anexo II.

### 3.3 – Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Fundamentalmente o PAC trabalha com dois indicadores, desde o início do Programa, em 2007. A manutenção desses indicadores é essencial por possibilitar comparações.

O primeiro indicador é o de situação:

#### FIGURA 4 – INDICADORES DE SITUAÇÃO DO PAC



A função desse indicador é gerencial: possibilitar, no momento da avaliação, a identificação de necessidade ou não de intervenção para que sejam garantidos os objetivos, custos e prazos da ação. Nesse sentido, um eventual atraso pode implicar na aposição da situação de “Atenção” (amarelo). Feitas as intervenções necessárias, o cronograma pode ser restabelecido ou revisto. Independentemente da revisão, na próxima avaliação, não havendo novas ocorrências, a situação volta a ser “Adequado”, uma vez que não há necessidade de nova intervenção. Assim, a finalidade do indicador de situação é indicar os empreendimentos em que o esforço de monitoramento deve ser concentrado e, em caráter mais amplo, qual a situação de cada carteira ao final de cada ciclo de monitoramento.

Esse indicador é adotado para os eixos Transportes e Energia e para os tipos Mobilidade Urbana, Recursos Hídricos e Luz para Todos. A seleção de empreendimentos que serão monitorados individualmente pelo indicador de situação, portanto, se dá pela combinação de critérios relativos ao porte do empreendimento, à sua importância estratégica, à quantidade de empreendimentos que compõe cada carteira e ao nível de participação direta do Governo Federal na execução. Assim, não

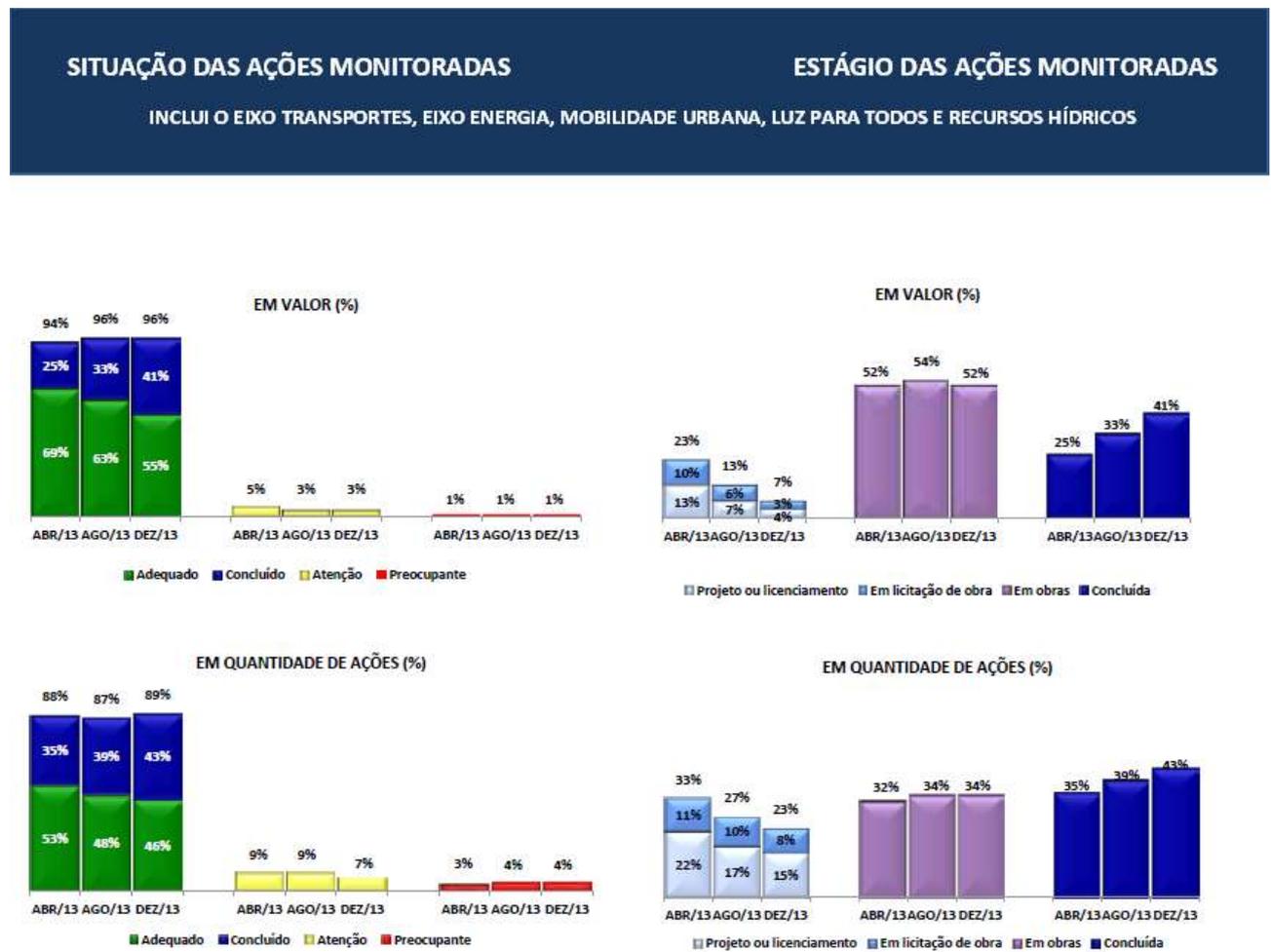
se adota o indicador de situação nas ações cujas carteiras sejam compostas por grande quantidade de empreendimentos, em que o monitoramento é feito sobre o andamento da carteira como um todo e não sobre cada empreendimento, individualmente (por exemplo, o tipo UBS é integrado por 15.638 empreendimentos); o mesmo ocorrendo com ações em que a meta do monitoramento esteja relacionada à contratação do empreendimento e não à sua conclusão (exemplo: nas ações do Fundo de Marinha Mercante o objetivo é a contratação das operações); já as usinas hidrelétricas, por exemplo, ainda que custeadas com recursos privados, são monitoradas em razão do porte e importância estratégica, da mesma forma que a construção de rodovias e ferrovias, que são executadas, em regra, por órgãos federais.

O segundo indicador é de estágio, e diz respeito à fase em que cada empreendimento se encontra: de projeto ou licenciamento, em licitação, em obras ou concluído. É adotado para todos os empreendimentos.

Os dois indicadores podem ser utilizados em conjuntos consolidados (desde o nível do PAC até o nível de subtipo, por exemplo) ou em ações isoladas, e a análise pode ser feita tanto em relação ao valor de cada conjunto como em relação à quantidade de obras.

A conjugação dos dois indicadores, com elevado grau de mensurabilidade, possibilitam uma visão instantânea e comparativa do PAC, como exemplificado abaixo, com dados extraídos do 9º balanço, que se refere à posição final de 2013:

**FIGURA 5 – SITUAÇÃO E ESTÁGIO DAS AÇÕES MONITORADAS**



Posição em 31 de dezembro de 2013

Fonte: 9º Balanço do PAC 2 – fls. 33 ([www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br))

## 4 - TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 4.1 - Execução das despesas

#### 4.1.1 - Programação

#### QUADRO 3 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária : Ministério do Orçamento e Gestão		Código UO: 47101		UGO: 201002	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>				720.000,00	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>			7.200.000,00	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
<b>Créditos Cancelados</b>					
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2013 (A)</b>				7.920.000,00	
<b>Dotação final 2012(B)</b>				800.000,00	
<b>Varição (A/B) -1*100</b>				890,00	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		1.280.000,00			
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>				
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>	426.667,00		
<b>Créditos Cancelados</b>		-1.626.667,00			
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2013 (A)</b>		80.000,00			
<b>Dotação final 2012(B)</b>		1.626.667,00			
<b>Varição (A/B) -1*100</b>		- 95,08			

#### 4.1.1.1 - Análise Crítica

No exercício de 2013 as movimentações foram simples, uma vez que se trata de UJ de baixa movimentação orçamentária. Os créditos foram suficientes para a proposta da UJ.

#### 4.1.2 - Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não houve movimentação orçamentária interna por grupo de despesa.

**QUADRO 4 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	201002	201013	04122203887850001			38.208,28
Concedidos	201002	201013	04122203887850001			789.295,64
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	201002	201013	04122203887850001	8.000,00		
Recebidos						

#### 4.1.3 Realização da Despesa

##### 4.1.3.1 - Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

**QUADRO 5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL**

Unidade Orçamentária: Ministério do Orçamento e Gestão		Código UO: 47101		UGO:201002	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	490.382,46	154.412,66	490.382,46	154.412,66	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>					
h) Dispensa	8.000,00	7.516,96	8.000,00	7.516,96	
i) Inexigibilidade		83.976,75		83.976,75	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>					
j) Suprimento de Fundos					
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias	117.126,73	57.913,81	117.126,73	57.913,81	
<b>5. Outros</b>		525,52		525,52	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>615.509,19</b>	<b>304.345,70</b>	<b>615.509,19</b>	<b>304.345,70</b>	

##### 4.1.3.2 - Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

As despesas da UJ são executadas pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MP.

## 4.1.3.3 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

## QUADRO 6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério do Orçamento e Gestão				Código UO: 47101			UGO: 201002	
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>822.503,92</b>	<b>695.692,92</b>	<b>607.509,19</b>	<b>216.772,95</b>	<b>214.994,73</b>	<b>478.919,97</b>	<b>607.509,19</b>	<b>216.772,95</b>
14 – Diárias - Civil	81.793,57	54.949,81	81.793,57	54.949,81	-	-	81.793,57	54.949,81
30 - Material de Consumo	-	14.998,92	-	1.856,00	-	13.142,92	-	1.856,00
33 – Passagens e despesas com locomoção	439.229,96	219.182,55	316.374,06	122.108,09	122.855,90	97.074,46	316.374,06	122.108,09
36 – Outros serviços de terceiro – PF	13.088,65	59.164,00	13.088,65	2.964,00	-	56.200,00	13.088,65	2.964,00
37 – Locação de mão-de-obra	250.675,96	98.295,32	174.008,40	32.304,57	76.667,56	65.990,75	174.008,40	32.304,57
39 – Outros serviços de terceiros - PJ	15.471,27	248.576,80	-	2.064,96	15.471,27	246.511,84	-	2.064,96
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	22.244,51	-	22.244,51	-	-	-	22.244,51	-
93 – Indenizações e Restituições	-	525,52	-	525,52	-	-	-	525,52
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>4. Investimentos</b>	<b>8.000,00</b>	<b>138.189,75</b>	<b>8.000,00</b>	<b>87.572,75</b>	-	<b>50.617,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>87.572,75</b>
39 – Outros serviços de terceiros - PJ	8.000,00	138.189,75	8.000,00	87.572,75	-	50.617,00	8.000,00	87.572,75
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS TOTAIS</b>								
<b>TOTAL</b>	<b>830.503,92</b>	<b>833.882,67</b>	<b>615.509,19</b>	<b>304.345,70</b>	<b>214.994,73</b>	<b>529.536,97</b>	<b>615.509,19</b>	<b>304.345,70</b>

#### 4.1.3.4 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

As despesas da UJ são executadas pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MP.

#### 4.1.3.5 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

A UJ não recebeu créditos por movimentação interna ou externa.

#### 4.1.3.6 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

A UJ não recebeu créditos por movimentação interna ou externa.

#### 4.1.3.7 - Análise crítica da realização da despesa

A despesa comportou-se em patamar similar ao do exercício anterior, com aumento do percentual de liquidação e pagamento e redução de restos a pagar. As despesas dizem respeito a gastos administrativos com a SEPAC, de monta reduzida.

### 4.2 - Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

#### QUADRO 7 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	529.536,97	413.902,50	26.921,80	88.712,67

### 4.3 - Transferências de Recursos

Em 2013 não houve instrumentos vigentes, de modo que o quadro com a relação de instrumentos (item 4.4.1 do modelo de relatório disponibilizado pelo TCU) não se aplica.

#### 4.3.1 - Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

**QUADRO 8 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento					
<b>CNPJ:</b>	00.489.828/0003-17					
<b>UG/GESTÃO:</b>	20113					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (R\$)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	0	1	1	0,00	268.677,32	611.991,60
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	0	1	1	0,00	268.677,32	611.991,60

#### 4.3.2 - Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

**QUADRO 9 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE**

Unidade Concedente						
<b>Nome:</b>						
<b>CNPJ:</b>			<b>UG/GESTÃO:</b>			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2013	Contas Prestadas	Quantidade		1		
		Montante Repassado		268.677,32		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado				
2012	Contas Prestadas	Quantidade		1		
		Montante Repassado		611.991,60		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado				
2011	Contas Prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado				
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado				
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado				

#### 4.3.3 - Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

**QUADRO 10 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		1
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Montante Repassado (R\$)			268.677,32		
Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
	Montante Repassado (R\$)				
2012	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		1	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado		611.991,60	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2011	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante Repassado					
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

#### 4.3.4 - Análise Crítica

O único instrumento vigente em 2011 e 2012, termo de cooperação com a Embrapa Gestão Territorial, para monitoramento das obras do PAC por satélite, não foi renovado em 2013, visto que a SPI firmou outro instrumento que permite à SEPAC acessar as mesmas informações.

## 5 - GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

### 5.1 - Estrutura de pessoal da unidade

#### 5.1.1 - Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1 - Lotação

#### QUADRO 11 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	não há	32	7	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	não há	32	7	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	24	5	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	8	2	1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	não há	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	não há	8	4	6
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		40	11	8

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

#### 5.1.1.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

#### QUADRO 12 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade (31/12)
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b> Informações não exigidas neste Anexo consideradas relevantes pela UJ para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	0
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	0

Fonte: SIAPE

## 5.1.2 - Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 - Estrutura de Cargos e de Funções

**QUADRO 13 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (31/12)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos em 2013	Egressos em 2013
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	não há	25	12	13
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	0		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	não há	25	12	13
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	9	6	4
1.2.2. Servidores Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	8	2	1
1.2.4. Sem Vínculo	não há	8	4	8
1.2.5. Aposentados	não há	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	não há	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>		25	12	13

Fonte: SIAPE

### 5.1.2.2 - Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade

**QUADRO 14 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA (31/12)**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária, em anos				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima 60
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	12	7	4	1	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	12	7	4	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	1	6	6	3	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	6	6	3	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	13	13	10	4	0

Fonte: SIAPE

### 5.1.2.3 - Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade

**QUADRO 15 – QUANTIDADE DE SERVIDORES - NÍVEL DE ESCOLARIDADE (31/12)**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	0	0	0	0	0	24	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	0	24	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	0	0	2	14	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	14	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	0	0	0	0	2	38	0	0	0

**LEGENDA:** 1: Analfabeto; 2: Alfabetizado; 3: Primeiro grau incompleto; 4: Primeiro grau; 5: Segundo grau ou técnico; 6 Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência.

Fonte: SIAPE

## 5.1.3 - Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

## QUADRO 16 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
	2012	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
	2011	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	1837601,50	62705,22	561817,28	48872,67	81239,98	16586,06	20,56	Zero	Zero	2608843,27
	2012	1593124,85	51317,90	471086,24	81269,14	62458,97	11626,00	Zero	78783,16	Zero	2349666,26
	2011	864854,87	5338,12	424159,84	26304,71	37544,11	5753,00	Zero	Zero	Zero	1363954,65
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
	2012	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
	2011	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
	2012	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
	2011	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
	2012	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
	2011	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	2909510,99	25274,79	414096,48	102250,39	107518,39	16113,79	Zero	Zero	Zero	3574764,83
	2012	2917080,21	8463,70	309254,51	89937,91	95301,70	10582,77	Zero	Zero	Zero	3430620,80
	2011	1632577,32	Zero	186378,35	32534,12	50663,60	6159,00	Zero	Zero	Zero	1908312,39
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
	2012	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
	2011	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero

Fonte: SIAPE

#### **5.1.4 - Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Não há, por parte desta Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento, controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

Os servidores, no ato de provimento do cargo público, preenchem, junto à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, declaração de não acumulação de cargos públicos, sendo o controle e monitoramento da referida questão tratada por aquela unidade.

#### **5.1.5 - Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Não há registro de ocorrências.

#### **5.1.6 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

A Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento não possui em sua estrutura unidade responsável por monitorar a área de recursos humanos, conseqüentemente não desenvolve indicadores para a área de pessoal, embora monitore mensalmente, de forma quantitativa, sua força de trabalho.

### **6 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

A UJ não tem sob sua responsabilidade a gestão de veículos ou de imóveis. Funciona em instalações do Ministério do Planejamento e tem instalado em Altamira, no Pará, um escritório, cujo imóvel é de responsabilidade da SPU.

### **7 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

#### **7.1 - Gestão da Tecnologia da Informação (TI)**

Vide quadro no anexo III

##### **7.1.1 - Análise Crítica**

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP evoluiu significativamente a sua maturidade em Tecnologia da Informação – TI em 2013. Foi publicado pela primeira vez o Planejamento Estratégico de TI – PETI, que, alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI, passou a direcionar as iniciativas de TI do MP. O Plano Diretor de TI – PDTI 2012-2013 foi monitorado e executado, concluindo 57% das ações planejadas, sendo que as ações não executadas foram devidamente justificadas no PDTI seguinte. Houve também amadurecimento do modelo de governança do Ministério, com o fortalecimento do Comitê Estratégico de TI – CETI, que, dentre outras atividades, acompanha a execução das ações previstas no PDTI, e do Comitê de Segurança da Informação e Comunicação – CSIC. Ambos os comitês contam com representantes da alta administração e das unidades administrativas do Ministério. Os orçamentos na pauta dos dois comitês somaram aproximadamente R\$ 250 milhões. O MP também vem evoluindo a governança de TI com a ampliação da atuação da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI como coordenadora das ações de TI da Pasta. A DTI é responsável pelas aquisições de TI, pela gestão do portfólio de projetos de TI e pelas normas de TI do órgão. O Ministério conduz hoje diversos projetos de tecnologia da informação visando ao aprimoramento dos processos de negócio e da transparência ativa. Segue abaixo a situação dos principais projetos ao final de 2013:

- Modernização do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC: ocorre por meio da construção do novo Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE, que teve os três primeiros módulos concluídos;
- Modernização do Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal: ocorre por meio do novo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIORG, que foi concluído;
- Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União: o programa prevê, no âmbito da tecnologia da informação, a modernização dos sistemas de apoio à gestão do patrimônio da união, tendo sido iniciados os projetos de modernização tecnológica dos sistemas transacionais e da construção de solução georreferenciada;
- Modernização da Governança das Estatais: implantação de novas funcionalidades do Sistema Informações das Empresas Estatais – SIEST;
- Modernização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP: concluído;
- Aperfeiçoamento do Sistema de Convênios – SICONV e do Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG: concluído, com a implantação de novas funcionalidades, como por exemplo, o módulo do Regime Diferenciado de Contratações – RDC no SIASG;
- Construção do Sistema de Obras do Governo Federal – Obras: permitirá acompanhar as obras cadastradas no SIASG e SICONV, com codificação concluída e em fase de integração com os dados do SIASG e SICONV;
- Sistema de Automação Interna da área administrativa do MP: customização dos Sistemas Integrados de Gestão – SIG, desenvolvidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, com dois módulos (Administrativo e Gestão de Contratos) concluídos;
- Processo Eletrônico Nacional: formalização de cooperação com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (RS) para customização da ferramenta Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com vistas a implantá-lo em diversos órgãos da Administração Pública Federal, incluindo o MP.

## **8 - GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

### **8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

A SEPAC não confecciona termos de referência e projetos básicos para aquisição de bens e contratação de serviços ou obras, tampouco é responsável por realizar procedimentos licitatórios. As políticas de compras e de sustentabilidade ambiental são centralizadas no Ministério do Planejamento, às quais a SEPAC adere.

Nesse sentido, em 2012 foi instituído o Projeto Esplanada Sustentável (Portaria Interministerial nº 244/2012, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Meio Ambiente, Minas e Energia e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em atendimento ao Acórdão nº 1.752/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União, em especial o item 9.8, que recomenda ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão "que incentive os órgãos e instituições públicas federais a adotarem um modelo de gestão organizacional estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais".

### **8.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

Os quantitativos de papel, energia elétrica e água, utilizados pela SEPAC, são controlados no âmbito do Ministério do Planejamento como um todo, atuando sempre no sentido de conscientizar

os servidores e de não haver desperdício nos setores que funcionam no Bloco “K” da Esplanada dos Ministérios.

## 9 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 9.1 - Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

#### 9.1.1 - Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

#### QUADRO 17 – ACÓRDÃO 2887/2013 – PLENÁRIO – RECOMENDAÇÃO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					03517
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	033.616/2011-6	2887/2013 - Plenário	9.2.	R	Ofício 0488/2013-TCU/SecobEdificação, de 30/10/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC					115408
Descrição da Deliberação					
<p>9.2. (...) TCU, recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério das Cidades, ao Ministério dos Transportes, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, à Caixa Econômica Federal, e à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, a adoção de procedimentos que possam evitar a reincidência dos problemas identificados nas fiscalizações realizadas, relativos à qualidade das obras, enviando-lhes, como subsídio, cópia do presente Acórdão, acompanhado de Relatório e Voto que o fundamentam.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento - SEPAC					115408
Síntese da Providência Adotada					
<p>Nesse caso, a AECI/MPOG encaminhou o ofício do TCU tanto à SEPAC quanto à SLTI em 07/11/2013.</p> <p>Foram realizadas reuniões entre as equipes das duas secretarias que culminara com a expedição da nota técnica conjunta nº 30/DELOG/SLTI/SEPAC-MP, encaminhada à AECI em 20/02/2014.</p> <p>Na referida nota esclarece-se que das quatro áreas objeto de consolidação das fiscalizações no acórdão em tela (edificações, rodovias, conjuntos habitacionais e ferrovias), a de edificações é a única que se subordina à competência do Ministério do Planejamento no que diz respeito a normatização.</p> <p>A nota esclarece, ainda, que já foi elaborado termo de referência para contratação de consultoria visando à adequação do “Manual de Obras Públicas”, cuja versão atual é de 1997, que será desenvolvido como um instrumento mais didático do que o atual, contendo, além de disposições relativas à qualidade das obras, propriamente, <i>check-lists</i> que auxiliarão o gestor na etapa de planejamento.</p> <p>No mesmo termo de referência, informa-se na nota técnica, há previsão de capacitação em construções sustentáveis nas obras públicas.</p> <p>A SEPAC já indicou representantes para comporem grupo técnico para participar e acompanhar a elaboração do novo manual, sob coordenação da SLTI.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>A contratação de consultoria técnica para revisão do manual de obras públicas, em andamento, pretende dar atendimento à recomendação do TCU, ainda que tenha motivação anterior e independente.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos que Facilitaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>A recomendação do TCU veio ao encontro de iniciativa já em curso pelo MPOG, o que indica que os dois órgãos perceberam a necessidade de priorização das medidas para solução simultaneamente, facilitando o encaminhamento.</p>					

**QUADRO 18 – ACÓRDÃO 306/2013 – PLENÁRIO - RECOMENDAÇÃO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					03517
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	039.089/2012-6	306/2013 - Plenário	9.3.	R	Aviso 102-Seses-TCU-Plenário, de 27/2/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC					115408
Descrição da Deliberação					
9.3. recomendar ao Ministério do Planejamento e Casa Civil, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que estudem a inclusão no regulamento do RDC, na hipótese prevista no art. 17, § 1º, inciso I, da Lei 12.462/2011 c/c art. 18, parágrafo único e art. 20 do Decreto 7581/2011, de mecanismos que coíbam a possibilidade de eventual licitante – que venha como, por exemplo, obrigando a apresentação de lances com intervalo mínimo aplicado, tanto com relação às propostas de cada licitante, como também com relação à melhor proposta, no caso de o lance intentar cobrir o menor preço.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC					115408
Síntese da Providência Adotada					
A recomendação foi reconhecida como pertinente e necessária, tendo sido encaminhada, à Secretaria Executiva, proposta de alteração do Decreto Nº 7.581/2011 que, após debatida com a SLTI e encaminhada à Casa Civil da Presidência da República.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Expedição do Decreto nº 8080/2013, que deu nova redação aos artigos 18 e 19 do Decreto 7581/2011, conforme abaixo:					
<p><b>Art. 18.</b> No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas em sessão pública por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O instrumento convocatório poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, <u>que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.</u> (Redação dada pelo Decreto nº 8.080, de 2013)</p> <p style="text-align: center;"><b>Redação Original – Revogada</b></p> <p><b>Parágrafo único.</b> O instrumento convocatório poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.</p> <p><b>Art. 19.</b> Caso a licitação de modo de disputa aberto seja realizada sob a forma presencial, serão adotados, adicionalmente, os seguintes procedimentos:</p> <p>(...)</p> <p><b>III</b> - a desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas, <u>exceto no caso de ser o detentor da melhor proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances sempre que esta for coberta, observado o disposto no parágrafo único do art. 18.</u> (Redação dada pelo Decreto nº 8.080, de 2013)</p> <p style="text-align: center;"><b>Redação Original - Revogada</b></p> <p>III - a desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos que Facilitaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A expedição de recomendação consentânea com as necessidades reais e prioritárias da Administração Federal facilitou o atendimento nos moldes propostos pelo Plenário do TCU.					

**QUADRO 19 – ACÓRDÃO 1204/2012 – PLENÁRIO – RECOMENDAÇÃO DE AVALIAÇÃO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					03517
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	007.130/2012-0	1204/2012 - Plenário	IIIc	R	Ofício 126/Se-C.Civil/PR, de 28/2/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC					115408
Descrição da Deliberação					
IIIc. Avalie a conveniência e a oportunidade de que o monitoramento das ações do PNBL seja realizado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – (PAC 2) (item 6.2.1.)					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC					115408
Síntese da Providência Adotada					
<p>A análise recomendada pelo TCU foi realizada, no âmbito da SEPAC, por meio de nota técnica da qual destacam-se:</p> <p>7. Há similaridades, de fato, entre os dois programas, que se baseiam em um conjunto de “medidas institucionais” e outro de “investimentos em infraestrutura”.</p> <p>8. Ocorre que, essencialmente, o PNBL se baseia nas “medidas institucionais”, sendo que os “investimentos em infraestrutura”, propriamente ditos, se consubstanciam no quarto grupo de ações que compõem o programa, a “rede de telecomunicações nacional”, identificada no documento base acima citado (fls. 41/42) como “a última peça do PNBL (...), um conjunto de infraestrutura e operação que suporta a formulação de políticas públicas relativas à massificação do acesso não somente à internet, mas também a conteúdo de governo que induza à inclusão social, ao exercício da cidadania, fomenta a educação e a cultura digital, entre outros objetivos”.</p> <p>9. Diferentemente, conforme diagnosticado pelo TCU no mesmo parecer (item 4.1.1) o PAC, de modo geral, está associado a investimentos físicos, sendo uma das vertentes da primeira edição do Programa (PAC 1) lastreada em medidas institucionais. Não há previsão, no PAC 2, de inclusão de novas medidas dessa natureza.</p> <p>10. Assim, o monitoramento das medidas institucionais propostas no PAC 1, e ainda em fase de implantação, não se inserem no rol de atribuições da SEPAC, ligadas justamente ao monitoramento dos investimentos.</p> <p>11. Portanto, embora os dois programas possam se assemelhar quanto ao tipo de estrutura, são muito distintos no que diz respeito ao porte dos elementos que compõem suas estruturas, o que inviabiliza a inclusão das ações do PNBL no PAC.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A avaliação foi realizada nos termos informados no item anterior.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos que Facilitaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O fato de a recomendação haver reconhecido como de competência da Administração a decisão sobre como se organizar internamente, apenas recomendando “avaliação de conveniência e oportunidade”, precisando os limites legais de atuação do TCU e da Administração Federal, possibilitou o integral atendimento da recomendação (realização de avaliação).					

Acórdão referente ao exercício de 2012, respondido em 2013  
(CPROD 03100.000308/2013-48)

**QUADRO 20 – ACÓRDÃO 518/2013 – SEGUNDA CÂMARA – DETERMINAÇÃO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					03517
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	034.638/2012-1	518/2013 – Segunda Câmara	1.6.2.	D	Ofício 049/2013-TCU/SecobEdif, de 28/2/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC					115408
Descrição da Deliberação					
1.6.2. Determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG que oriente aos órgãos executores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sobre a necessidade de observar a correta aplicação dos princípios consignados na Constituição Federal, bem como na recente Lei 12.462/2011 que instituiu Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), principalmente os concernentes a economicidade e a isonomia entre os licitantes, abstendo-se de permitir a apresentação de lances intermediários pelos licitantes antes da definição da proposta mais vantajosa para a administração pública;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC					115408
Síntese da Providência Adotada					
Trata-se do processo TC 34.638/2012-1, em que o Ministério do Planejamento não figurava como interessado e sofreu determinação sem que fosse previamente ouvido. Ante a inviabilidade do cumprimento da determinação foi interposto recurso junto ao TCU, conjuntamente, pela SLTI e pela SEPAC (R002). Também a INFRAERO, a quem foi feita determinação com o mesmo teor, recorreu (R001).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Em fevereiro de 2014 a Segunda Câmara, ao analisar os recursos, tornou sem efeito o Acórdão 518/2013, em razão das alterações procedidas no Decreto do RDC (Nº 8080/2013), em atendimento ao Acórdão 306/2013 – Plenário (conforme quadro acima).					

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC	115408
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
As justificativas de mérito para não cumprimento são as razões recursais abaixo resumidas:	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A pendência de recurso da INFRAERO contra o item 1.6.1 (de mesmo teor do item 1.6.2) do acórdão inviabiliza o cumprimento da determinação por parte do MPOG, porque poderia haver anulação posterior.</li> <li>2. O TCU prolatou duas decisões (Acórdãos 306/2013 e 671/2013 - Plenário) que divergem da determinação da Segunda Câmara.</li> <li>3. O cumprimento da determinação pode ferir o princípio da melhor proposta, em casos específicos.</li> <li>4. A intenção manifesta da determinação foi garantir o princípio da isonomia, mas na prática isso poderia não ocorrer.</li> <li>5. O acatamento da recomendação dos acórdãos 306 e 671/2013, de alteração dos dispositivos atacados com a determinação, solucionam o problema de modo eficaz.</li> </ol>	
Análise Crítica dos Fatores Negativos que Prejudicaram o Atendimento da Determinação	
A existência de decisões divergentes, no TCU, acerca de um mesmo assunto, bem como o fato de não se haver consultado o MPOG acerca da viabilidade da decisão, prejudicaram o atendimento.	

### **9.1.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Não havia deliberações pendentes.

### **9.2 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93**

O art. 1º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, torna obrigatória a apresentação da declaração de bens e renda, no momento da entrada e da saída do cargo, bem como no final de cada exercício financeiro, de todos que exerçam cargos, empregos ou funções de confiança.

Segundo informações repassadas pela Coordenação de Acompanhamento Funcional e Pagamento (COAFP) da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP), a situação desta UJ está regular, seja por constar nos arquivos da COAFP a declaração de bens e renda, seja por haver autorização para acesso à declaração dos ocupantes de cargo em comissão desta Unidade. A autorização supramencionada permite o acesso às declarações anuais apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, suprimindo a necessidade da entrega da declaração em papel.

As declarações de entrega ou autorizações estão centralizadas na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

### **9.3 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário**

Não há casos de dano objeto de medidas administrativas internas, bem como Tomadas de Contas Especiais instauradas.

### **9.4 - Alimentação SIASG E SICONV**

As informações do Ministério do Planejamento são centralizadas na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do MPOG, sendo que a declaração integrará o Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva.

## **10 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

A atuação da SEPAC na relação com a sociedade ocorre, fundamentalmente, por meio de quatro canais: o balanço do PAC, o sítio do PAC na internet, por meio do recebimento e respostas a questionamentos de cidadãos e, excepcionalmente, pela participação em processos de implantação de obras que possam causar impactos sociais. Todavia, a SEPAC não é um órgão que presta serviços públicos diretamente ao cidadão, não recebendo demandas diretas relativas às obras do PAC.

O Balanço do PAC 2 é um documento por meio do qual são prestadas contas do programa. Em 2013 foram produzidos três balanços: o 6º, em fevereiro, com dados relativos a 31/12/2012, o 7º, em junho, com dados relativos a 30/04/2013 e o 8º, em outubro, com dados relativos a 31/08/2013. Os dados relativos ao fechamento do exercício de 2013 constam do 9º balanço, produzido em fevereiro de 2014.

Os balanços mantêm uma estrutura uniforme, o que permite comparações entre as várias edições. São compostos por uma apresentação, um quadro macroeconômico, um resumo da execução orçamentária e financeira de todo o PAC e por outros seis capítulos, dedicados a cada um dos eixos do programa.

Cada balanço é lançado em apresentação aberta ao público e da qual participam os ministros da Fazenda, do Planejamento e dos ministérios setoriais, encerrada com uma coletiva de imprensa.

Os balanços são complementados por cartilhas, que trazem detalhes sobre o PAC e cada um dos investimentos em cada estado e no DF.

Após o lançamento os balanços e as cartilhas são disponibilizados no sítio eletrônico do programa ([www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br)), que registrou, em janeiro de 2014, 78.994 acessos, um aumento de 43% em relação a janeiro de 2013 (54.912 acessos).

Além dos balanços, o sítio contém informações sobre todas as obras do PAC, sendo possível a busca por eixo, por tipo, por estado, por empreendimento, por estágio e por município. Segue-se exemplo da informação disponibilizada, por empreendimento:

## FIGURA 6 – EXEMPLO DE INFORMAÇÃO SOBRE OBRA NO SÍTIO DO PAC

[Página inicial](#) > [Cidade Melhor](#) > [Pavimentação](#)

Execução de infra-estrutura em loteamento habitacional e vias de acesso no bairro Jardim Coopagro, englobando obras de drenagem, pavimentação de vias de rolamento e passeios, sinalização viária e rampas de acessibilidade - TOLEDO - PR

### **EXECUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA EM LOTEAMENTO HABITACIONAL E VIAS DE ACESSO NO BAIRRO JARDIM COOPAGRO, ENGLOBANDO OBRAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, PAVIMENTAÇÃO DE VIAS DE ROLAMENTO E PASSEIOS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E RAMPAS DE ACESSIBILIDADE - TOLEDO - PR**

<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>	Ministério das Cidades
<b>EXECUTOR:</b>	Município
<b>UNIDADE FEDERATIVA:</b>	PR
<b>MUNICÍPIO(S):</b>	TOLEDO
<b>PREVISTO 2011-2014:</b>	<b>R\$1.749.913,75</b>
<b>ESTÁGIO:</b>	Concluído
<b>DATA DE REFERÊNCIA</b>	31 de Dezembro de 2013

Também estão presentes, no sítio, a lista completa de obras do PAC, notícias sobre o programa, diversas apresentações a ele relativas, informações sobre medidas institucionais, legislação, vídeos e infográficos, entre outras informações.

Há, ainda, um canal de acesso para que interessados encaminhem questões, que são respondidas pela equipe da SEPAC. O mesmo tipo de acesso pode ser feito por meio do SIC (Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério do Planejamento) e por e-mails encaminhados à SEPAC ou a

membros de sua equipe, cujos endereços eletrônicos estão disponíveis no sítio do MPOG na internet. Todos os questionamentos são respondidos.

A SEPAC também participa, eventualmente, do processo de mediação em casos de empreendimentos que possam causar impactos sociais em povos e comunidades tradicionais. Exemplificando, em 2013 a equipe da área de rodovias participou de reunião, na sede da FUNAI, em Brasília, na qual estavam presentes representantes do DNIT, do Ministério dos Transportes, da Casa Civil da Presidência da República e lideranças dos povos indígenas que vivem na reserva do Parque Nacional do Xingu. A SEPAC atuou na mediação da relação entre os povos indígenas e o setor de transportes do Governo Federal, de modo a possibilitar a retomada do diálogo que havia sido interrompido em razão de conflitos relativos à definição de traçado, identificação de possíveis impactos e medidas de compensação e mitigação. A reunião foi bem sucedida, tendo sido viabilizadas reuniões posteriores para apresentação dos diagnósticos e propostas pelo Governo Federal nas comunidades indígenas.

## **11 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **11.1 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis**

Segue, no anexo V, a Declaração Plena do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.

Os demais subitens do item 11 não se aplicam à UJ.

**MAURÍCIO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO**  
**SECRETÁRIO**  
**SECRETARIA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – SEPAC**  
**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

## ANEXO I – IDENTIFICAÇÃO DETALHADA DA UNIDADE

### QUADRO 21 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			<b>Código SIORG:</b> 2981
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento			
<b>Denominação Abreviada:</b> SEPAC			
<b>Código SIORG:</b> 115408	<b>Código LOA:</b> N/A		<b>Código SIAFI:</b> 201015
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> 00.489.828/0003-17	
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 8411-6/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 2020-5391	(061) 2020-5393	(061) 2020-5310
<b>Endereço Eletrônico:</b> sepac@planejamento.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=61">http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=61</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º Andar - CEP: 70.040-906 - Brasília - DF			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.			
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.			
Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007 – Institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências;			
Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008;			
Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015;			
Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.			
Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
. Decreto nº 6.276, de 28 de novembro de 2007 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			
. Decreto nº 6.326, de 27 de dezembro de 2007 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			
. Decreto nº 6.394/2008, de 12 de março de 2008 - Dispõe sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2008, altera o Decreto no 6.025, de 22 de janeiro de 2007, que institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o seu Comitê Gestor, e dá outras providências.			
Decreto nº 6.450, de 08 de maio de 2008 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			
Decreto nº 6.694, de 15 de dezembro de 2008 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			
Decreto nº 6.714, de 29 de dezembro de 2008 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			
Decreto nº 6.807, de 25 de março de 2009 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			
Decreto nº 6.876, de 08 de junho de 2009 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			
Decreto nº 6.921, de 04 de agosto de 2009 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a			

serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 6.958, de 14 de setembro de 2009 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 6.982, de 14 de outubro de 2009 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 7.025, de 07 de dezembro de 2009 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 7.051, de 23 de dezembro de 2009 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 7.125, de 03 de março de 2010 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 7.157, de 09 de abril de 2010 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 7.211, de 11 de junho de 2010 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 7.369, de 26 de novembro de 2010 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 7.488, de 24 de maio de 2011 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.576, de 11 de outubro de 2011 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 7.625, de 24 de novembro de 2011 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 7.662, de 28 de dezembro de 2011 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.576, de 11 de outubro de 2011 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.720, de 16 de abril de 2012 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.745, de 5 de junho de 2012 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.804, de 13 de setembro de 2012 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.836, de 9 de novembro de 2012 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.720, de 16 de abril de 2012 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.868, de 19 de dezembro de 2012 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.888, de 15 de janeiro de 2013 - Estabelece a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais nas ações de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

. Decreto nº 7.893, de 24 de janeiro de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.980, de 8 de abril de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 7.991, de 24 de abril de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 8.022, de 31 de maio de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 8.032, de 25 de junho de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 8.110, de 30 de setembro de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

. Decreto nº 8.113, de 30 de setembro de 2013 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos federais, para a execução de obras e serviços nos sistemas viários de acessos integrantes dos Sistemas de Viação dos Estados e do Distrito Federal discriminados como ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e dá outras providências.

. Decreto nº 8.152, de 12 de dezembro de 2013 - Regulamenta o art. 2º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e sobre a forma de operacionalização do

Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH nos exercícios de 2007 e 2008. . Decreto nº 8.173, de 26 de dezembro de 2013 - Discriminações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.	
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>	
8º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 7º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 6º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 5º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 4º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 3º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 2º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 1º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2	
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
Código SIAFI	Nome
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
Código SIAFI	Nome
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão

## ANEXO II – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

### QUADRO 22 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente				X	

relacionadas com os objetivos de controle.					
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					<b>X</b>
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					<b>X</b>
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				<b>X</b>	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				<b>X</b>	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				<b>X</b>	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>X</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				<b>X</b>	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				<b>X</b>	
<p><b>Análise Crítica:</b></p> <p>O sistema de gestão de risco diz respeito à avaliação de riscos relativos às ações do PAC, sendo considerado eficaz no que diz respeito à identificação e comunicação de riscos. A gestão de informações passa por processo contínuo de aprimoramento, reconhecendo-se a necessidade de avanços que, todavia, decorre basicamente das inovações decorrentes do processo de monitoramento adotado e à magnitude do PAC, que ao final de 2013 havia ultrapassado a casa do 44 mil ações.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

## ANEXO III – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### QUADRO 23 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	x    monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	x    aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
x	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
x	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
x	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
x	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
x	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
x	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: <a href="http://www.planejamento.gov.br/central.asp?p=publicacoes">http://www.planejamento.gov.br/central.asp?p=publicacoes</a>
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.

x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
x	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
x	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
x	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
A pesquisa verifica se a UJ está em nível de maturidade 3, conforme COBIT 5, questionando a elaboração e aprovação de normas, mas deixa de verificar o nível real de maturidade, pois, uma vez não tendo norma aprovada não é verificado se o nível de maturidade é 0 (processo inexistente), 1 (processo ad-hoc) ou 2 (processo segue um padrão regular). Em relação a itens que abordam processos de negócio, classificação da informação e riscos de negócio, entende-se que não se tratam de assuntos relacionados à Gestão de TI.	

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO CONTADOR****FIGURA 7 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA  
 Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira – CGEOF  
 Coordenação de Contabilidade - CCONT  
 Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 2º andar, CEP 70.040-906 – Brasília/DF  
 Telefones: (61) 2020.4087 - E-mail: cccont.cgopf@planejamento.gov.br

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**  
 Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento - SEPAC  
 UGR: 201015/00001

**PLENA**

Declaro que as informações relativas à execução levantadas por Unidade Gestora Responsáveis, da UGR 201015 – Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento - SEPAC, integram os Demonstrativos Contábeis do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, e com base na Conformidade de Registro de Gestão, refletem adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta prestação de contas, e constam das demonstrações contábeis da Unidade Gestora Executora 201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - CEOFI, bem como, do processo de Prestação de Contas demandada pela Secretaria Executiva/MP.

Informo que no SIAFI não estão disponibilizados os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília - DF, 30 de fevereiro de 2014.

Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.

Marlene Cavaleante Gomes  
 Coordenadora  
 CCONT/CGEOF/SPOA/SE/MP  
 CRC-DF: 016693/O